

*Paul Hazard*

## A crise da consciência europeia

1680-1715

Tradução

Maria de Fátima Oliva do Coutto

Revisão da tradução

Carlos Deane

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

*Reitor* Roberto Leher

*Vice-reitora* Denise Nascimento

FÓRUM DE CIÊNCIA E CULTURA

*Coordenador* Carlos Bernardo Vainer

EDITORA UFRJ

*Diretor* Michel Misse

*Diretora adjunta* Fernanda Ribeiro

*Conselho editorial* Michel Misse (presidente)

Eduardo Viveiros de Castro

Heloisa Buarque de Hollanda

Norma Côrtes

Renato Lessa

Roberto Lent

RIO DE JANEIRO

EDITORA UFRJ

2015

Título original: *La crise de la conscience européenne*, de Paul Hazard  
World copyright © Librairie Arthème Fayard, 1961.  
Copyright © 2015 Editora UFRJ, pela tradução.

#### Equipe editorial

##### Coordenação editorial

Maíra Alves

##### Preparação de originais

Thereza Vianna

##### Revisão

Cecília Moreira

Josette Babo

Nefferson Taveira (estagiário)

Sonja Cavalcanti

##### Projeto gráfico e editoração eletrônica

Thiago de Moraes Lins

##### Capa

Marisa Araújo

Imagem da capa: detalhe da pintura

*As meninas*, de Diego Velázquez, 1656,

exposta no Museu do Prado, Madri

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de  
Processamento Técnico – SIBI/UFRJ

H428c Hazard, Paul 1878-1944.

A crise da consciência europeia: 1680-1715 / Paul Hazard;

tradução Maria de Fátima Oliva do Coutto. Revisão da tradução

Carlos Deane – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

452 p.; 16 x 23 cm.

ISBN: 978-85-7108-402-5

1. Europa – vida intelectual. 2. Filosofia moderna-história. 3. Europa-história-século XVIII. I. Coutto, Maria de Fátima Oliva do, Trad. II. Título.

CDD: 940.25

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Fórum de Ciência e Cultura

Editora UFRJ

Av. Pasteur, 250

CEP: 22290-902 – Praia Vermelha

Rio de Janeiro, RJ

Tel./Fax: (21) 2542-7646 e 2541-7946

Livraria Editora UFRJ

Rua Lauro Müller, 1A, Botafogo, Rio de Janeiro

<http://www.editora.ufrj.br>

Apoio:



Fundação Universitária  
José Bonifácio

## Sumário

PREFÁCIO 13

PRIMEIRA PARTE - AS GRANDES TRANSFORMAÇÕES PSICOLÓGICAS 19

CAPÍTULO 1 - DA ESTABILIDADE AO MOVIMENTO 21

O espírito clássico queria ser a estabilidade em si. – Isso, contudo, é um sonho que, desde o final do século XVII, a realidade começa a desmentir. Pelo gosto e pelo hábito das viagens, passa-se da estabilidade ao movimento. – As viagens na Europa. – As viagens longínquas e sua influência na evolução das ideias. – O bom selvagem considerado superior ao homem civilizado. – O sábio egípcio, representante de uma filosofia não cristã. – O árabe maometano: Maomé não é mais um impostor, mas sim o fundador de uma religião coerente e bela; o Oriente em oposição ao Ocidente. – O espião turco, crítica da sociedade europeia. – O persa – O siamês. – O filósofo chinês, ateu e virtuoso. – As viagens imaginárias e as ideias revolucionárias que elas expressam.

CAPÍTULO 2 - DO ANTIGO AO MODERNO 45

A idade clássica professava o respeito pela Antiguidade; a Querrela dos Antigos e dos Modernos é o indício reconhecido de uma modificação dos espíritos; ainda seria necessário encontrar a causa profunda. – Talvez ela resida na falência da história. Perde-se a confiança no passado; apenas o presente é certo. – Dúvidas sobre a história moderna. – O pirronismo histórico. – Dúvidas sobre a história romana e sobre a história grega. – Dúvidas sobre a cronologia da Bíblia. – Todavia, a erudição prossegue seu trabalho, mas a história não incorpora os dados que ela fornece. – A história só aparece como um amontoado de fábulas e erros.

CAPÍTULO 3 - DE NORTE A SUL 67

Na Europa, considerada como concluída e definida, a hegemonia intelectual sempre fora exercida por potências latinas. – A França, graças a suas obras,

linguagem, espírito, o conjunto de civilização para o qual serve de modelo, representa essa hegemonia. – Neste momento, aparece uma rival do Norte: a potência da Inglaterra. – Sua influência começa a se exercer na França. – Na Alemanha. – O papel das religiões protestantes. – Alguns exemplos: a obra de Abel Boyer, de Pierre des Maizeaux, de Pierre Coste. – A França adiciona à sua atividade criativa o papel de intermediária entre a Inglaterra e a Europa. – O papel internacional da Holanda. – Outras transformações se operam: o advento da Prússia e da Rússia. – Mas o fato capital continua sendo este: a hegemonia do espírito não é mais exclusivamente latina. A Inglaterra, consciente de seu valor, exige compartilhar o poder. Em que sentido esse novo espírito influirá?

#### CAPÍTULO 4 • HETERODOXIA

91

À França católica, que tende a representar a ortodoxia absoluta, se opõe a heterodoxia da Inglaterra protestante. – A revogação do Édito de Nantes tem por resultado indignar e exasperar o espírito da Reforma. – O pastor Claude e seu protesto contra o emprego da violência em termos de fé. – Pierre Jurieu. – As gazetas internacionais da Holanda, em seus primórdios, mais ainda do que favorecer as trocas literárias, tomam o partido da heterodoxia. – Jean Le Clerc. – Os livreiros da Holanda. – Papel particular do calvinismo. – O deslocamento de poder que se opera do Sul para o Norte corresponde a uma vitória do não conformismo na história do pensamento europeu. – Esse não conformismo, por essência hostil à autoridade imposta, leva ao esfaleamento das seitas. – Os socinianos. – Do não conformismo à liberdade ilimitada do espírito de análise.

#### CAPÍTULO 5 • PIERRE BAYLE

109

As etapas do pensamento de Pierre Bayle. – As *Nouvelles de la République des Lettres*. – A *France toute catholique sous le règne de Louis le Grand* e a oposição ao catolicismo. – A oposição a toda atitude dogmática, mesmo protestante. – O *Dictionnaire historique et critique*. – A *Réponse aux questions d'un provincial*. – O ceticismo de Bayle. – A resistência de sua vontade ao pirronismo invasor. – A influência de suas ideias. – De múltiplas maneiras, a trégua que o classicismo havia proposto aos homens é denunciada. Acabamos de ver as grandes transformações psicológicas que preparam ou acompanham a luta contra as crenças tradicionais; é a essa luta em si que devemos assistir agora.

#### SEGUNDA PARTE • CONTRA AS CRENÇAS TRADICIONAIS

127

#### CAPÍTULO 1 • OS RACIONAIS

129

A palavra "razão" muda de sentido; a razão se torna essencialmente uma faculdade crítica. – Os racionais; e primeiro os libertinos. – Saint-Evremond. –

Os cartesianos. – Malebranche. – Spinoza. – John Toland. – *Siamo nel secolo dei censori*.

#### CAPÍTULO 2 • A NEGAÇÃO DO MILAGRE: OS COMETAS, OS ORÁCULOS E OS FEITICEIROS

163

É impossível atacar abertamente o milagre; atacam-no subrepticamente. – Os cometas; os argumentos de Pierre Bayle. – Nem a tradição nem o consenso universal prevalecem contra a razão. – As superstições pagãs estendem-se ao cristianismo. – Glorificação do ateísmo. – A resposta de Élie Benoist: é chegado o momento em que se faz necessário duvidar se quisermos continuar a viver. – Outra forma da mesma disputa: os oráculos das sibilas. – Van Dale. – Fontenelle e a história dos oráculos. – Contra o sobrenatural. – A crença na bruxaria era mais profundamente arraigada nas almas: os racionais atacam essa terceira superstição. – O mundo encantado de Balthasar Bekker. – Christian Thomasius. – A reação do bom senso contra as práticas supersticiosas, acrescentam-se os efeitos da filosofia das luzes.

#### CAPÍTULO 3 • RICHARD SIMON E A EXEGESE BÍBLICA

187

O espírito de análise da Sagrada Escritura. – Com Richard Simon e sua *Histoire critique du Vieux Testament*, a crítica de textos toma consciência de seu poder. – A obra de Richard Simon. – Sua psicologia. – Sua ação.

#### CAPÍTULO 4 • BOSSUET E SEUS COMBATES

205

Houve um Bossuet humilhado e aflito. – Certamente o caráter de sua fé permaneceu imutável, mas sensível aos ataques vindos de toda parte, seus anos de velhice foram um longo combate. – Para refutar Spinoza e Richard Simon, é obrigado a participar de suas discussões críticas. – Éllies Du Pin. – Os livros não concluídos, os projetos abandonados. – Bossuet injuriado por Pierre Jurieu. – Os socinianos e os libertinos. – Os cronologistas obrigam Bossuet a mudar certas passagens do *Discours sur l'histoire universelle*. – Bossuet distingue os princípios racionalistas que ameaçam a fé, tais como se apresentam em Spinoza, em Malebranche, em Descartes. – Todos os inimigos a combater. Marie d'Agreda; o padre Caffaro, defensor do teatro; os ultramontanos e os galicanos. – Ao reprovar tudo o que pertence ao mundo, Bossuet só aspira ao divino.

#### CAPÍTULO 5 • LEIBNIZ E A FALENÇA DA UNIÃO DAS IGREJAS

223

Leibniz: seu apetite para conhecer tudo, e seu desejo de tudo reduzir à unidade. – Considerando a Europa dividida entre católicos e protestantes, ele pretende tentar a reunificação das Igrejas. – O começo da conciliação. – A conciliação não pode ter êxito sem os préstimos de Bossuet, o mais ilustre representante da

Igreja romana. – A correspondência entre Leibniz e Bossuet e as diversas fases da discussão. – A união impossível. – Leibniz e Bossuet aparecem ambos como vencidos; o tempo não é mais de conciliação. – As consciências cristãs permanecem desunidas diante do assalto orquestrado contra as crenças tradicionais. – Todavia, os racionais não se curvam aos resultados negativos que obtiveram. A Europa não gosta das ruínas; vai entregar-se a um trabalho de reconstrução.

243

TERCEIRA PARTE · TENTATIVA DE RECONSTRUÇÃO

245

CAPÍTULO 1 · O EMPIRISMO DE LOCKE

Visando à reconstrução, Locke fornece ao pensamento, que ameaça o pirrismo, uma espécie de certeza: o fato psicológico. – Sua filosofia atende à demanda de seus contemporâneos. – *Um Ensaio acerca do entendimento humano* – Renunciando à metafísica, propõe em troca o mundo restrito que nossos sentidos podem alcançar. – O empirismo de Locke. – Sua influência. – Como ela nem sempre é exercida no sentido desejado por Locke; sua ação profunda.

257

CAPÍTULO 2 · O DEÍSMO E A RELIGIÃO NATURAL

As origens italianas do deísmo; passa pela França; prospera especialmente na Inglaterra. – Características negativas. – Características positivas. – Das diversas definições oferecidas, resulta a vontade de conservar a ideia de um Deus impreciso, mas real. – Os deístas preservam, em segundo lugar, a ideia de adesão a uma lei: a lei natural. – Robert Boyle denuncia a dificuldade com que nos deparamos quando queremos definir o conceito de natureza. – Pierre Bayle se recusa a admitir a bondade natural do homem. – Os deístas tampouco acreditam que agem livremente no sentido da ordem que garante a preservação do universo. – O livre-pensamento. – Anthony Collins define seu valor positivo no *Discourse of free thinking*. – John Toland institui uma comunidade laica de pensamento: a sociedade socrática.

271

CAPÍTULO 3 · O DIREITO NATURAL

O direito divino, tal como expresso na *Politique tirée des propres paroles de l'Écriture Sainte*. – Luis XIV, glorioso representante do direito divino. – Por uma teoria completamente diferente, Hobbes sustenta, analogamente, a necessidade do poder absoluto; o *Leviatã*. – O direito natural e os diversos elementos que constituem sua ideia. – Entre os partidários do direito divino e os do direito natural começa uma luta que se tornará cada vez mais consciente. – A série de livros importantes que durante três quartos de século vão definir a doutrina do direito natural: Hughe de Groot, *De jure belli et pacis*. O *Tractatus theologico-politicus* e a *Ética*, de Spinoza. – Samuel Pufendorf, *De jure naturae et gentium libri octo*, 1672;

*De officio hominis et civis juxta legem naturalem libri duo*, 1673. – Richard Cumberland, *De legibus naturae disquisitio philosophica*. – Dois acontecimentos capitais colocam à prova essas teorias. – A revogação do Édito de Nantes e suas consequências. – A revolução da Inglaterra e suas consequências. – John Locke, em *Dois tratados sobre o governo*, exprime a filosofia política da revolução da Inglaterra. – *As aventuras de Télémaque* (1699) e a ação de Fénelon. Não que ele conteste a legitimidade do direito divino, mas demonstra uma hostilidade profunda contra o absolutismo e em particular contra Luis XIV. Também exprime a ideia do valor do povo. – As proposições de Boisguilbert e Vauban. – Fénelon, contudo, é mais ousado e defende os direitos humanos; 1705. – Thomasius, *Fundamenta juris naturae*; 1708, Gravina, *Origines juris civilis*. – Esse movimento de ideias conduz à secularização do direito.

289

CAPÍTULO 4 · A MORAL SOCIAL

Pierre Bayle, mais do que qualquer outro, afirma que moral e religião são valores independentes. – Suas ideias: os princípios religiosos não têm influência na prática; pode-se conceber uma república de ateus virtuosa; uma moral sem recompensas e sem castigos é menos interessada do que a moral religiosa. – Depois disso, resta a dificuldade de estabelecer uma moral puramente humana. – Recurso à Antiguidade: Cícero. – A moral das pessoas de bem. – A constatação da relatividade dos modos e costumes confunde as consciências. – A moral social. – Mandeville e a *Fable of the bees*.

297

CAPÍTULO 5 · A FELICIDADE NA TERRA

Deseja-se doravante uma felicidade realizável de imediato e não mais a espera pela vida após a morte. – Fontenelle e a teoria das pequenas felicidades. – Shaftesbury e a teoria do *good humour*. – Como, segundo ele, é preciso abolir o sentimento do trágico da vida por uma feliz disposição de espírito, pelo emprego da gálfia. – Shaftesbury contra Pascal. – O belo e o bem. – O surgimento de uma nova virtude. – O surgimento da tolerância é resultado de uma dupla crise, uma política e outra religiosa. – A *Epistola de tolerantia*, de John Locke.

309

CAPÍTULO 6 · A CIÊNCIA E O PROGRESSO

Os *Diálogos sobre a pluralidade dos mundos* marcam o esforço em tornar a ciência acessível a todos os espíritos. – A ciência por excelência parece ser a matemática. – Mas a preocupação com o método experimental manifesta-se em toda a Europa. – As diferentes equipes de pesquisadores. – O esforço científico contra o gosto pelo prodígio. – A invenção do cálculo infinitesimal facilita o estudo do contínuo nos fenômenos da natureza. – Newton; os *Principios*

*matemáticos da filosofia natural.* — O método newtoniano; o paralelo instituído por Fontenelle entre Descartes e Newton: "Um parte do que ele entende com clareza para encontrar a causa do que vê; o outro parte do que vê para daí encontrar a causa." — Assim, o *pyrrhonismus physialis* é derrotado. — O papel eminentemente atribuído ao sábio. — A crença no progresso que conduzirá à felicidade. — Já se eleva um protesto contra o mito da ciência.

#### CAPÍTULO 7 · RUMO A UM NOVO MODELO DE HUMANIDADE

323

Razões pelas quais o tipo do cavaleiro se desagra a final do século XVII. — É preciso outro modelo para conduzir a vida. A Espanha propõe um: o herói de Baltasar Gracián. — O favoritismo não poderia ser durável. — Em busca de novo tipo humano, de preferência burguês a aristocrático. — O burguês. — O papel dos moralistas ingleses, Addison e Steele, em sua formação. — Difusão do modelo inglês assim elaborado. — A França também procura. — O filósofo. — Os elementos constitutivos desse novo modelo de humanidade. — Quais são, em resumo, os elementos positivos propostos aos homens, em lugar das crenças tradicionais.

#### QUARTA PARTE - OS VALORES IMAGINATIVOS E SENSÍVEIS

337

##### CAPÍTULO 1 · UMA ÉPOCA SEM POESIA

339

Passaremos agora à busca dos valores imaginativos e sensíveis que, persistentes, prepararam Richardson, Rousseau, o *Sturm und Drang*. — Se nos voltamos para a poesia, nos decepcionamos; estamos na idade da prosa. — Como o próprio sentido da poesia se perde. — Houdar de la Motte escolhido como exemplo. — Jean Le Clerc professa que os poetas não passam de mentirosos. — Jean-Baptiste Rousseau. — Certamente, certa poesia relativa ao tempo ainda se exprime; citam-se exemplos. — Mas não passam de exceções; para a poesia abre-se uma era de esterilidade. — O triunfo da crítica. — O pseudoclassicismo. — As regras; a moralidade; o academicismo. — Pope e o *Essay on criticism*. — Os grandes gêneros; a poesia épica; um concurso geral de tragédia organiza-se pela Europa. — O peso morto que a literatura arrasta atrás de si. A poesia entra em letargia.

##### CAPÍTULO 2 · O PITORESCO DA VIDA

361

Fora da poesia, a imaginação surge de várias maneiras na Inglaterra, na Itália, na França. Os contos de fadas. — As viagens, que ainda não interessam à sensibilidade, nutrem ao menos a imaginação dos leitores. — Diversos exemplos. — Os bucaneiros e os filibusteiros. — as *Mil e uma noites*. — Por outro lado, alegres libertinos, preocupados apenas com o concreto, opõem aos racionalistas o saboroso pitoresco de sua vida. — O *picaro*; o *English rogue*; o *Diabo coxo*. —

Os aventureiros homens de bem; os heróis de Gaiien de Courtlitz; Hamilton e as *Mémoires de la vie du comte de Gramont*. — Busca do caráter e não da moralidade; a energia vital.

##### CAPÍTULO 3 · O RISO E AS LÁGRIMAS. O TRIUNFO DA ÓPERA

373

Podemos acompanhá-la, através da literatura europeia, uma corrente burlesca; seus diversos aspectos. — O riso no teatro: a comédia de Regnard. — Assim, nessa época grave e severa, persistem os galhofeiros. — Por um lado, a sensibilidade começa a se manifestar abertamente. Tem-se menos vergonha de chorar no teatro. — Pierre Bayle, o céptico, diante da dor. — Uma heroína pré-romântica: a presidente Ferrand. — É verdade que, de acordo com testemunhas, a sociedade sofre transformações; as mulheres deixam seu caráter tradicional; mas algumas paixões individuais, manifestando-se com estardalhaço, também prenunciam uma época próxima em que a paixão predominará. — A comédia sentimental na Inglaterra. — O triunfo da ópera. Os racionalistas protestam contra os absurdos que o gênero implica; nem por isso ele deixa de difundir em toda a Europa. — Razões desse sucesso. — A ópera italiana goza de um favoritismo particular. — Isso se deve ao próprio caráter da música italiana, mais sensual do que qualquer outra. — *Perché fa buon sentire*.

389

##### CAPÍTULO 4 · OS ELEMENTOS NACIONAIS, POPULARES, INSTINTIVOS

Os elementos nacionais; o sentimento das diferenças nacionais persiste mesmo sob o reinado de um classicismo com tendências universais. — A originalidade substancial da Inglaterra e da Itália. — As reivindicações da Alemanha. — Os elementos populares: a poesia. — Addison exalta as velhas baladas inglesas. — O conceito do poder popular. — O instinto, valor irreduzível à razão. — A discussão sobre a alma dos animais. — A aspiração à natureza primitiva. — A história de Inkle e de Yarico que tende a mostrar a superioridade do instinto primitivo sobre a civilização corrompida. — Fontenelle e o instinto. — "O instinto divino é talvez tudo o que nos resta do primeiro estado do homem."

##### CAPÍTULO 5 · A PSICOLOGIA DA INQUIETUDE, A ESTÉTICA DO SENTIMENTO, A METAFÍSICA DA SUBSTÂNCIA E A CIÊNCIA NOVA

403

A psicologia da inquietude. Ao proclamar que a sensação é o dado primitivo da alma, John Locke subverte a hierarquia tradicional. Adonais; faz da *inezimias* o princípio de nossa vida mental; consequências de sua doutrina. — O tratado de John Locke sobre a educação; ele defende a espontaneidade da criança. — John Locke como precursor de Jean-Jacques Rousseau. — A estética do sentimento: as *Reflexions critiques sur la poésie et la peinture*; do abade Dubos. — Suas ideias

inovadoras opostas ao academicismo reinante nas belas-artes são preparadas pela atitude dos "amadores". – A pessoa e a obra do abade Dubos. – O valor do patético. – A arte igual à paixão. – A influência das causas psíquicas na produção das obras de arte. – A metafísica da substância; Leibniz. – Seu protesto contra o cartesianismo. – As percepções obscuras. – A mônada. – *A Ciência Nova*; Vico. – Sua originalidade. – Papel da imaginação criativa em sua obra. – Sua concepção da história. – Como suas ideias, indo de encontro às reinantes em sua época, são novas demais para serem imediatamente assimiladas.

#### CAPÍTULO 6 • FERVORES

419

A exigência religiosa defende sua eternidade. – Uma nova apologetica apela para o sentimento em resposta aos ataques dos incrédulos. – A existência de Deus demonstrada pelas maravilhas da natureza. – No círculo das almas ardentes, Gottfried Arnold e sua *História imparcial das igrejas e das heresias*. – O jansenismo e sua difusão na Europa. – *Os camiserás de Cevena*. – *Abraham Mazel*. – Élie Marion. – Os místicos; nasce um misticismo da Ética. – O pietismo; Philippe Jacob Spener. – O quietismo. – Psicologia de Fénelon; como ele aspira a um estado de perfeição que sente não possuir. – É o segredo da influência de madame Guyon, que derrete no fogo místico as correntes que lhe pesam. – A doutrina do amor puro. – A quietude de Fénelon. – Os entusiastas de toda ordem. – Constata-se, através de toda a Europa, uma imensa e contínua fermentação. – Antoine Bourignon dizendo aos filósofos "que sua doença advinha do fato de quererem compreender tudo pela atividade da razão humana, sem dar lugar à iluminação da fé divina."

#### CONCLUSÃO

439

## Prefácio

Que contraste! Que brusca transição! A hierarquia, a disciplina, a ordem que a autoridade se encarrega de garantir, os dogmas que regulam a vida com firmeza: eis o que os homens do século XVII amavam. A submissão, a autoridade, os dogmas: eis o que os homens do século XVIII, seus sucessores imediatos, detestam. Os primeiros são cristãos e os outros, anticristãos; os primeiros creem no direito divino e os outros, no direito natural; os primeiros vivem sem culpas numa sociedade dividida em classes desiguais, enquanto os segundos sonham com a igualdade. De fato, os filhos costumam criticar os pais, imaginando-se capazes de refazer um mundo que só estava à espera deles para se tornar melhor. Mas os turbilhões que agitam as sucessivas gerações não bastam para explicar mudança tão rápida e tão decisiva. A maioria dos franceses pensava como Bossuet; de repente, pensa como Voltaire: é uma revolução.

Para saber como ela se deu, nos embrenhamos em terras pouco conhecidas. Outrora se estudava muito o século XVII; hoje se estuda muito o século XVIII. Nos confins de ambos, estende-se uma zona incerta, difícil, onde ainda é possível contar com descobertas e aventuras. Percorremo-la escolhendo duas datas não rigorosas para delimitá-la: de um lado, os meados de 1680; de outro, 1715.

Encontramos a Spinoza – cuja influência começava a se fazer sentir –, Malebranche, Fontenelle, Locke, Leibniz, Bossuet, Fénelon, Bayle, para citar apenas os maiores, sem falar da sombra de Descartes, que ainda habitava esse mundo. Esses heróis do espírito, conforme o temperamento e o caráter de

cada um, ocupavam-se em retomar, como se fossem novos, os problemas que instigam eternamente os homens: a existência e a natureza de Deus; o ser e as aparências; o bem e o mal; a liberdade e a fatalidade; os direitos do soberano; a formação do estado social – todos os problemas vitais. No que acreditar? Como agir? E essa questão ressurgia sempre, ainda que a acreditássemos definitivamente decidida: *Quid est Veritas?* Aparentemente, o Grande Século se prolongava em sua majestade soberana e bastava, aos que se ocupavam de pensar e escrever, reproduzir as obras-primas que nasciam em profusão. A quem caberia compor tragédias como Racine, comédias como Molière, fábulas como La Fontaine? Os críticos discorriam sobre a moralidade do poema épico ou o emprego do maravilhoso cristão, e jamais deixaram de exaltar a regra das três unidades, triunfo da arte. Mas, no *Tratado teológico-político* e na *Ética*, no *Ensaio acerca do entendimento humano*, na *Histoire des variations des Églises protestantes*, no *Dictionnaire historique et critique*, na *Réponse aux questions d'un provincial*, travava-se um debate em que essas ínfimas preocupações pareciam não passar de jogos de velhotes cansados, ou de crianças. Tratava-se de saber se continuaríamos ou não a crer; se obedeceríamos à tradição ou se nos revoltaríamos contra ela; se a humanidade seguiria seu caminho confiando nos mesmos guias, ou se novos chefes a fariam dar meia-volta para conduzi-la a outras terras prometidas. Os “racionais” e os “religionários”, como diz Pierre Bayle, disputavam as almas e se enfrentavam num combate que tinha por testemunha toda a Europa pensante.

Os atacantes ganhavam terreno pouco a pouco. A heresia não era mais solitária e oculta; ela amealhava discípulos, tornava-se insolente e gloriosa. A negação não mais se dissimulava; ela se revelava. A razão deixara de ser uma sabedoria equilibrada e se tornara uma audácia crítica. As noções mais comumente aceitas – a do consenso universal, que provava a existência de Deus, e a dos milagres – foram postas em dúvida. Relegava-se o divino a céus desconhecidos e impenetráveis; o homem, e somente o homem, passava a ser a medida de todas as coisas; ele próprio era razão de sua existência e de seu fim. Por muito tempo, os pastores dos povos tiveram o poder nas mãos, e prometeram fazer reinar sobre a terra a bondade, a justiça e o amor fraternal.

Mas não mantiveram suas promessas; na maioria das vezes em que apostaram na verdade e na bondade, perderam; só lhes restava, portanto, partir. Era preciso expulsá-los, se não quisessem partir de livre e espontânea vontade. Era preciso, pensava-se, destruir o antigo edifício que abrigara precariamente a grande família humana, e a primeira tarefa era um trabalho de demolição. A segunda, reconstruir e preparar as fundações da cidade futura. De modo não menos imperioso, e para evitar cair em um ceticismo anunciador da morte, era preciso edificar uma filosofia que renunciasse aos sonhos metafísicos, sempre enganadores, para estudar as aparências que nossas frágeis mãos podem alcançar e que bastariam para nos satisfazer; era preciso construir uma política sem direito divino, uma religião sem mistério, uma moral sem dogmas. Era preciso forçar a ciência a deixar de ser um simples jogo intelectual, para se tornar, decididamente, um poder capaz de subjugar a natureza; por meio da ciência conquistaríamos, sem sombra de dúvida, a felicidade. Com o mundo assim reconquistado, o homem o organizaria para o seu bem-estar, para a sua glória e para a felicidade do porvir.

Nesses traços, reconhecemos sem dificuldade o espírito do século XVIII. Pretendemos mostrar, precisamente, que essas características essenciais se manifestaram bem antes do que se costuma acreditar; que a encontramos já formada na época em que Luís XIV ainda gozava de sua força brilhante e resplandecente; que praticamente todas as ideias tidas como revolucionárias em meados de 1760, ou mesmo em 1789, já haviam sido expressas por volta de 1680. Então, uma crise se operou na consciência europeia. Entre o Renascimento, de onde a crise procede diretamente, e a Revolução Francesa, que ela prepara, nada há de mais importante na história das ideias. Os “novos filósofos” tentaram substituir uma civilização fundada sobre a ideia do dever – os deveres perante Deus, os deveres perante o príncipe – por uma civilização fundada sobre a ideia do direito: os direitos da consciência individual, os direitos da crítica, os direitos da razão, os direitos do homem e do cidadão.

Trinta e cinco anos da vida intelectual da Europa que não podemos destacar no tempo sem levar em conta os posteriores e, sobretudo, os precedentes; tribuiais a que o próprio homem foi convocado para responder se nascera

inocente ou culpado, se queria apostar no presente ou na eternidade; idéias tão vivazes, munidas de tamanha força agressiva ou defensiva, que esse passado não parou de se impor, e que, em nosso modo de colocar problemas religiosos, filosóficos, políticos, sociais, mantemos essas grandes querelas não resolvidas; obras maciças e densas, escritas com prodigalidade singular por pessoas menos preocupadas com a perfeição da forma que com a eficácia e a abundância de seus argumentos; obras obscuras, teológicas, filosóficas; numerosos relatos de país a país, passagens, contágios, influências, fenômenos aparentemente inexplicáveis em seu ambiente local e que precisavam ser inseridos na atmosfera europeia para que pudessem ser compreendidos; orientações a descobrir nessa paisagem montanhosa, linhas de cumeeira, estradas e veredas; feições a desenhar, fisionomias a reconstruir em seus traços familiares, em sua cólera ou em seu sorriso. Sem dúvida, uma árdua tarefa. Não pediremos desculpas por tê-la tentado. Pois, sem ignorar o que resta a fazer e a refazer depois de nós, e tendo plena consciência de que não se conhece uma árvore a não ser pelo estudo minucioso das raízes e dos galhos, julgamos útil, por vezes, traçar vias provisórias nas florestas confusas.<sup>1</sup>

Há períodos líricos: ao estudá-los, é agradável escutar-lhes as harmonias, aspirar-lhes os effluvíos sonoros, deixar-se conduzir por suas músicas sutis até o inefável: a terra inteira não passa de um cântico. O período aqui abordado não é assim; ele ignorou as cadências e os ritmos; equivocou-se quanto à própria natureza da poesia; ignorou o poder dos encantos. Não que os valores imaginativos e sensíveis tenham de súbito desaparecido, nem que os seres humanos tenham deixado por certo tempo de se entregar aos jogos e paixões; assinalamos, pelo contrário, ao lado do trabalho da inteligência pura, a vida persistente das cores e das formas e as contradições do coação. Aqui o pietismo, lá o quietismo, ambos nos revelaram as aspirações e os frêmitos de grandes almas inquietas a quem a razão não mais satisfazia e que

1 Publicamos, na *Revue des Deux Mondes* de 15 de agosto, de 1º de 15 de setembro de 1932, na *Revue de Littérature Comparée* de outubro-dezembro de 1932 e na *Europe Centrale* de 21 de outubro e de 25 de novembro de 1933, diversos fragmentos da presente obra, aqui encontrados de forma consideravelmente modificada.

buscavam um Deus do amor. Mas esse mesmo misticismo contribuiu para a crise de consciência que caracteriza essencialmente a época. Denunciando a aliança entre a religião e o poder, escapando ao controle das igrejas ortodoxas, não vendo na fé senão um impulso individual e uma espontaneidade primitiva, rompendo a ordem estabelecida, representou por conta própria o papel de elemento inovador, assim como introduziu na sociedade um fermento de anarquia, opondo a virtude primitiva do selvagem aos erros e crimes da civilização.

Esses anos rudes e densos, repletos de discussões e de alarmes, sobrecarregados de pensamento, não deixam de ter sua beleza. Ao acompanhar esses vastos movimentos, ao ver as massas de idéias desagregarem-se para, em seguida, se refazerem segundo outros modos e outras leis, ao considerar nossos irmãos humanos na busca corajosa de seu caminho em direção a destinos desconhecidos, sem jamais se deixar desencorajar nem abater, experimentamos uma espécie de emoção nostálgica. Há grandeza em sua tenacidade, em sua obstinação, e se é próprio da Europa, como mostraremos, nunca se contentar, mas sempre recomençar a busca da verdade e da felicidade, há nesse esforço uma beleza dolorosa. E não é tudo. Ao estudar o nascimento das idéias, ou pelo menos de suas metamorfoses, ao acompanhá-las ao longo da estrada em seus frágeis incícios, na maneira de se afirmarem e de ousarem em seu progresso, nas suas sucessivas vitórias e no triunfo final, chegamos a essa convicção profunda de que são as forças intelectuais e morais, e não as forças materiais, que dirigem e comandam a vida.



PRIMEIRA PARTE

*As grandes transformações psicológicas*

## CAPÍTULO I

### *Da estabilidade ao movimento*

Preservar, evitar qualquer transformação que arrisque destruir um miraculoso equilíbrio: esta a aspiração da Idade Clássica. Perigosa é a curiosidade que incita as almas inquietas; perigosa e insana, pois o viajante que corre até o fim do mundo nunca encontra nada além do que ele mesmo leva: sua condição humana. E, se encontrasse outra coisa, não teria apenas esfacelado a sua alma? Que a concentre, ao contrário, para aplicá-la aos problemas eternos que não se resolvem dissipando-os. Sêneca disse: o primeiro indício de um espírito bem regrado é ser capaz de parar e permanecer consigo mesmo; Pascal descobriu que a infelicidade dos homens provém de uma única causa: não saber permanecer em repouso num aposento.

O espírito clássico, consciente de sua força, ama a estabilidade; gostaria de ser a própria estabilidade. Depois do Renascimento e da Reforma, grandes aventuras, é chegada a época do recolhimento. A política, a religião, a sociedade e a arte se livraram das discussões intermináveis, da crítica insatisfeita. O pobre navio humano chegou ao porto: possa ali permanecer muito tempo, permanecer para sempre! Na vida, reina a ordem; por que tentar, fora do sistema fechado, reconhecido como excelente, experiências que poriam tudo em risco? Amedronta o espaço que contém surpresas, e seria preferível, se possível, estancar o tempo. Em Versalhes, o visitante tem a impressão de que até as águas não fluem, elas são capturadas, remanejadas, relançadas na direção do céu, como se quisessem fazê-las servir-lhe eternamente.

Na segunda parte de *Dom Quixote*, capítulo XVI, Cervantes coloca em cena um fidalgo de casaco verde, que o Cavaleiro da Triste Figura encontra

no caminho. Esse fidalgo corre apressado para sua residência, onde deve encontrar a felicidade e a sensatez. Tem posses, mas sem excessos. Passa a vida com a mulher, os filhos e os amigos. Suas diversões favoritas são a caça e a pesca, mas, em vez de equipagens, falcões e galgos, prefere uma garça e uma perdiz domesticadas. Dez dúzias de volumes lhe bastam. Algumas vezes janta na casa dos vizinhos; outras, convida-os a jantar na sua. As refeições não têm luxo nem avareza. Ele ama a liberdade razoável, a justiça, a concórdia; dá aos pobres, tomando cuidado para não ceder à vaidade. Tenta fomentar a paz entre os que se desentenderam. É devoto da Virgem e cheio de confiança na infinita misericórdia de Deus. É assim que ele próprio se descreve; e Sancho, emocionado, apeando do jumento, segura o pé do cavaleiro para beijá-lo. "Que fazes, meu irmão?" "Deixai-me beijar vosso pé — lhe diz Sancho —, pois me pareceis o primeiro santo a cavalo que já vi na vida."

Dom Diego de Miranda, o homem de casaco verde, não é um santo; ele apenas prefigura, em 1615, o ideal da sabedoria clássica. Não despreza o cavaleiro errante, e até conserva na alma certo gosto pelo heróico; mas recusa-se a segui-lo pelas estradas. Sabe que a existência nada pode fornecer de mais feliz que uma harmonia do espírito, dos sentidos e do coração. E como descobriu o segredo do bem viver, ele o conserva e o seguirá até seu último dia.

Mas tudo passa, e seu segredo não valerá mais nada para os que o sucederem; e quando seus netos atingirem a idade adulta acharão bem antiquado o cavaleiro de casaco verde. Desdenharão esse seu modo de se contentar; romperão a trégua, a afortunada trégua que permitia a atividade na paz; e, liberando as impaciências contidas por muito tempo, irão para longe em busca das dúvidas. Se, com o tempo, vemos o gosto pela viagem reforçar-se e expandir-se; se os exploradores saem de sua aldeia, de sua província, de seu país para saber como vivem e pensam os outros homens, compreenderemos, diante desse primeiro sinal, que uma transformação se opera nos princípios regentes da vida. "Se és curioso, vá viajar..."<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Trotti de la Chétardie, *Instructions pour un jeune seigneur, ou l'idée du galant homme*, Paris, 1683, p. 68.

Quando Boileau tomava as águas de Bourbon, pensava estar do outro lado do mundo; Auteuil lhe bastava. Paris bastava a Racine; e ambos, Racine e Boileau, ficaram muito aborrecidos quando tiveram de acompanhar o Rei em suas expedições. Bossuet nunca foi a Roma, tampouco Fénelon. Molière nunca foi ver a loja do barbeiro de Pezenas. Os grandes clássicos são estáveis. Os errantes serão Voltaire, Montesquieu, Rousseau; mas não se passa de uns aos outros sem um obscuro trabalho.

O fato é que, no final do século XVII, início do XVIII, o humor dos italianos se tornava viajante; e os franceses eram móveis como mercúrio: a crer num observador contemporâneo, gostavam tanto da novidade que faziam o possível para não conservar por muito tempo um amigo; inventavam todos os dias modas diferentes e, entediando-se em seu país, partiam ora para a Ásia, ora para a África, a fim de mudarem de lugar e de se divertirem.<sup>2</sup> Os alemães viajavam, fazia parte de seu hábito, de suas manias: impossível mantê-los em seu país. "Viajamos de pai para filho, sem que nada jamais nos impeça", diz o alemão que Saint-Évremond coloca em cena em sua divertida comédia cosmopolita, *Sir Politick Would-be*.

Tão logo aprendemos a língua latina, nos preparamos para a viagem.

A primeira coisa da qual nos munimos é de um *Itinerário*, que instrui sobre as rotas; a segunda, de um livrinho indicando o que há de curioso em cada país. Quando nossos viajantes são pessoas letradas, ao partir de seu país, carregam consigo um livro em branco, bem encadernado, a que chamam de *Album amicorum*, e não deixam de visitar os sábios de todos os lugares por onde passam, e de apresentar-lhes o livro a fim de que assinem seu nome...

Essa Alemanha não poupava esforços. Era preciso escalar montanhas até o cume; seguir os rios da nascente à foz contando todas as passagens e todas as pontes; estudar os escombros dos anfiteatros e as ruínas dos templos; ver, tomando nota, as igrejas, as abadias, os conventos, as praças públicas, as

<sup>2</sup> Giovanni Paolo Marana, *Lettre d'un sicien à l'un de ses amis, contenant une agréable critique de Paris et des Français*, 1700 e 1710.

prefeituras, os aquedutos, as fortalezas, os arsenais; anotar os epitáfios dos túmulos; não esquecer tampouco os campanários, os carrilhões e os relógios; e abandonar tudo para se dirigir a outro lugar, caso ouvissem falar da sagração do rei da França ou da eleição do imperador.

Os ingleses viajavam, era o complemento de sua educação. Os jovens nobres recém-saídos de Oxford e de Cambridge, bem providos de guinéus, e acompanhados de um sábio preceptor, cruzavam o canal e realizavam o *grand tour*. Havia gente de toda espécie; alguns se contentavam em conhecer o moscatel de Frontignan e de Montefiascone, os vinhos de Ay, de Arbois, de Bordeaux, de Xerez, enquanto outros, com consciência, estudavam todos os gabinetes de história natural, todas as coleções de antiguidades.

Cada povo com sua personalidade:

Os franceses costumam viajar para economizar, de modo que às vezes trazem mais prejuízo do que lucro aos locais onde se hospedam. Os ingleses, ao contrário, saem da Inglaterra com boas letras de câmbio, uma bela equipagem, um grande séquito e fazem despesas magníficas. Dizem que apenas na cidade de Roma há, em geral, mais de cinquenta cavalheiros ingleses e sempre com empregados às suas custas, e, a acreditar-se no que dizem, gastam cada um no mínimo dois mil escudos por ano; de modo que apenas a cidade de Roma tira todos os anos da Inglaterra mais de trinta mil pistolas.

O mesmo ocorre em Paris, "onde nunca faltam viajantes ingleses. Outro dia, um negociante inglês me dizia ter descontado cento e trinta mil escudos, no espaço de um ano, para nobres da França. E esse mercador nem sequer é um dos mais ricos banqueiros". É Gregorio Leti, aventureiro e migrante, quem nos diz. Gregorio Leti,<sup>3</sup> que teve no mínimo cinco pátrias, pois nasceu em Milão, tornou-se calvinista em Genebra, panegirista de Luís XIV em Paris, historiador da Inglaterra em Londres, panfletário a serviço dos Estados da Holanda, onde morreu no ano de 1701. Os sábios enriqueciam sua ciência de cidade em cidade, como Antonio Conti, paduano, que esteve em 1713 em

3 Gregorio Leti, *Historia e memorie sopra la vita di O. Cromwell*, Amsterdã, 1692.

Paris e em 1715 em Londres, onde participou da discussão sobre o cálculo infinitesimal. Foi a Hanóver para debater com Leibniz e, passando pela Holanda, teve o cuidado de fazer uma visita a Leuvenhoeck. Filósofos viajavam, e não para meditar em paz perto de um aquecedor, mas a fim de ver as curiosidades do mundo, tais como Locke e Leibniz. Os reis viajavam. Em 1689, Cristina da Suécia morreu em Roma, e o czar Pedro partiu para a Europa em 1696.

Gênero literário de fronteiras imprecisas, cômodo, pois permitia que lhe inserissem tudo — dissertações eruditas, catálogos de museus ou histórias de amor —, a *Viagem* triunfava. Podia ser um relato pesado, sobrecarregado de ciência, ou um estudo psicológico, ou um simples romance, ou tudo ao mesmo tempo. Podiam criticá-lo ou elogiá-lo, mas tanto os elogios quanto as críticas mostravam o lugar importante que ocupara, e a impossibilidade de viver sem ele. O mesmo gosto que o fazia prosperar também favorecia a indústria de itinerários e guias. Era só escolher: *Le gentilhomme étranger voyageur en France*; *Il burattino veridico, ovvero istruzione generale per chi viaggia*; *Guia de los caminos para ir por todas las provincias de España, Francia, Italia, y Alemania*. As cidades famosas têm direito a tratamento especial: *La ville et la république de Venise*; *Description de la ville de Rome en faveur des étrangers*; *Guida de' forestieri curiosi di vedere ed intendere le cose le più notabili della regal città di Napoli*; *Description nouvelle de ce qu'il y a de plus remarquable dans la ville de Paris*. Existe um título encantador; impossível lê-lo sem sentir vontade de tomar a mala-posta, sem entrever um horizonte repleto de doces promessas: *As delícias. Les délices de l'Italie; Les délices et agréments du Danemark et de la Norvège; Les délices de la Grande-Bretagne et de l'Irlande; L'État et les délices de la Suisse*. E todas essas delícias reunidas compõem *Les merveilles de l'Europe*.

Mas a *Galeria agradável do mundo* não é ainda mais sedutora?

A Europa, de fato, não parava mais de trabalhar para descobrir o mundo e explorá-lo; o século XVII dava prosseguimento à tarefa legada pelo século XVI. O padre Bergeron, um obscuro escritor, já em 1619, e Tommaso Campanella, em 1636, professavam o seguinte: a exploração do globo, tendo desmentido alguns dos dados sobre os quais repousava a filosofia antiga, deve provocar

uma nova concepção das coisas.<sup>4</sup> Tal ideia, que no começo progrediu lentamente, acelera-se à medida que os holandeses não só organizam o comércio das Índias Orientais mas também descrevem as excentricidades ali encontradas; à medida que os ingleses não só tremulam seu pavilhão em todos os mares mas também publicam a mais copiosa literatura de viagens do mundo; à medida que Colbert propõe aos franceses a exploração das ricas colônias e feitorias longínquas: quantas narrativas "feitas por ordem do rei" surgirão a partir daí? O rei não duvidava de que dessas narrativas brotariam ideias capazes de abalar as noções mais caras à sua crença, e as mais necessárias à manutenção de sua autoridade.

Assim aumenta uma produção que chega à exorbitância: narrativas, descrições, relatórios, coletâneas, coleções, bibliotecas, miscelâneas curiosas. As pessoas que não saem de casa, que não conhecerão nem os grandes lagos da América, nem os jardins de Malabar, nem os pagodes chineses, lerão ao pé da lareira o que outros contaram. Os padres das missões estrangeiras, os capuchinhos, os franciscanos, os recoletos e os jesuítas contam a conversão dos infiéis; os cativos da Tunísia, da Argélia e de Marrocos contam como foram perseguidos por sua fé; os médicos a serviço das companhias contam suas observações; os marinheiros contam gloriosamente sua volta ao mundo, Dampier, Gemelli Carreri, Wood Rogers. É um sinal dos tempos a partida aventureira desses protestantes refugiados, que embarcaram em Amsterdã, no dia 10 de julho de 1690, abandonando uma Europa ingrata para buscar na rota das Índias Orientais um Éden onde recomençoariam a vida. Mas não o encontraram.

As consciências se emocionam diante de tal acervo; e, perto do final do século, encontramos-as em plena atividade. Sir William Temple se retira da agitação da vida política e tem como única preocupação cultivar seus belos jardins de Moor Park e seu próprio espírito. Podemos acompanhá-lo em sua meditação. Quantas regiões, outrora ignoradas ou consideradas bárbaras, são agora conhecidas graças às narrativas dos comerciantes, dos marinheiros e

4 Ver, quanto ao efeito da viagem sobre as ideias, imediatamente antes da época que nos interessa, Henri Busson, *La Pensée religieuse française de Charron à Pascal*, 1933, p. 284.

dos viajantes! Ora, nesses países recém-chegados ao nosso horizonte, e que hoje constituem o tema das conversas inteligentes, produziram-se descobertas não menos fecundas e realizaram-se ações não menos extraordinárias que as que tradicionalmente alimentavam nosso espírito. Não são apenas suas extensões, seus territórios, seus climas e suas produções que despertam o interesse, mas também as leis, os costumes, a constituição de seus Estados, de seus Impérios... Assim, William Temple estuda a política e a moral da China, do Peru, da Tartária, da Arábia; ao contemplar o mapa do novo mundo, retoma o exame dos princípios que governavam o mundo antigo.<sup>5</sup>

Muitas vezes, é verdade, o viajante retornava com um pensamento que considerava original, mas já o carregava na bagagem no momento da partida. Mas não se enganava ao considerá-lo eficaz, pois, quando o levava a Amsterdã, a Londres, a Paris, o pensamento orgulhava-se de si mesmo, adornado pela ousadia e dotado do poder que antes lhe faltava. É perfeitamente exato afirmar que todas as ideias vitais — a da propriedade, a da liberdade, a da justiça — foram rediscutidas a partir do exemplo das terras longínquas. Primeiro, porque, em vez de reduzir espontaneamente as diferenças a um arquétipo universal, constatou-se a existência do particular, do irreduzível, do individual. Segundo, porque às opiniões aceitas podem opor-se fatos da experiência facilmente acessíveis aos pensadores. Às provas sempre necessárias quando se queria contradizer esse ou aquele dogma, essa ou aquela crença cristã, e que era preciso buscar a duras penas nas reservas da Antiguidade, vieram acrescentar-se novas provas, frescas e brilhantes: ei-las aqui, trazidas pelos viajantes e agora ao alcance da mão. Pierre Bayle invoca numerosas vezes esses testemunhos garantidos por autoridades recentes. "O sr. Bernier nos garante em seu curioso relato a respeito dos Estados do Grande Mogol..."; "as viagens do sr. Tavernier nos ensinam..."; "as narrativas sobre a China nos ensinam..."; "vejam o relato sobre o Japão feito pela Companhia Holandesa...". A propósito da celeuma criada em torno da lua: "Os persas ainda praticam essa ridícula cerimônia, segundo relato de Pietro della Valle. Também permanece em uso

5 Essay upon Heroick Virtue, em *Miscellanea*, 1690.

no reino de Tunquin, onde imaginam que a lua enfrenta um dragão: vejam a nova narrativa do sr. Tavernier". "A observação que acabo de fazer sobre o tamanho da impudência entre os cristãos, eu a li, se não me engano, no relato do sr. Rycaut... O relato do sr. Rycaut causou estardalhaço demais para que não o conheçam..." E quando quer mostrar - ponto capital - que a existência de Deus não é garantida pelo consenso universal, eis o argumento fácil fornecido pela viagem: "O que me responderia se eu objetasse com os povos ateus citados por Estrabão, e com aqueles que os viajantes modernos descobriram na África e na América?"<sup>6</sup>

De todas as lições dadas pelo espaço, a mais nova talvez tenha sido a da relatividade. A perspectiva mudou. Os conceitos que pareciam transcendentes passaram a depender da diversidade dos lugares; práticas fundamentadas na razão passaram a ser costumeiras; e, inversamente, hábitos considerados extravagantes pareceram lógicos, uma vez explicados a partir da origem e do meio. Deixamos crescer os cabelos e raspamos a barba; os turcos raspam os cabelos e deixam crescer a barba. A mão direita para nós é o lado de honra; para os turcos, é a mão esquerda: contrariedades que não se devem julgar, mas aceitar tais como são. Os siameses dão as costas às mulheres, quando elas passam, acreditando ser uma demonstração de respeito não lhes dirigir o olhar. Nós pensamos diferente. Mas quem tem razão? Quem está errado? Quando os chineses julgam nossos costumes com base em noções particulares por eles formadas há quatro mil anos, pouco importa se nos olham como bárbaros; e quando julgamos os costumes chineses, os consideramos bizarros e loucos. O padre Le Comte, da Companhia de Jesus, que assim se exprime em seu livro *Des cérémonies de la Chine*, chega à seguinte conclusão filosófica: "Nós também nos enganamos, pois os preconceitos da infância nos impedem de considerar que a maior parte das ações humanas são indiferentes em si mesmas e significam especificamente aquilo que aos povos interessou associar em sua instituição primeira". Vai-se longe com tais máximas; vai-se direto à ideia da relatividade universal. "Não há nada", diz Bernier, "que não possa a opinião,

6 *Pensées sur la comète*, 1683, caps. XIV, LXXII, LXXXIX, CXXIX, CLXV et passim.

o preconceito, o costume, a esperança, o ponto de honra, etc." "O clima, diz Chardin, o clima de cada povo é sempre, segundo acredito, a causa principal das inclinações e dos costumes dos homens..." E acrescenta: "A dúvida é o começo da ciência; quem não duvida de nada nada examina: quem não examina nada nada descobre; quem não descobre nada é cego e continua cego". Lendo essas frases tão carregadas de sentido, compreendemos o comentário de La Bruyère, no seu capítulo *Des esprits forts*: "Alguns se deixam corromper por longas viagens, e perdem o pouco de religião que lhes restava. Veem dia a dia um novo culto, costumes diversos, cerimônias diversas..."

Eles chegaram, esses estrangeiros-símbolos. Chegaram com seus costumes, suas leis e seus valores originais; impuseram-se à consciência de uma Europa ávida por interrogá-los sobre sua história e sua religião. Deram as respostas pedidas; cada um a sua.

O americano era inquietante. Perdido em seu continente descoberto tão tarde, não era filho nem de Sem, nem de Cam, nem de Jafé. De quem podia ser filho? Os pagãos nascidos antes da encarnação de Cristo tiveram ao menos sua parte do pecado original, pois descendiam todos de Adão; mas, e os americanos? E por qual outro mistério haviam escapado do dilúvio universal? E não é só isso. Os americanos não passavam de selvagens, como todos sabem: quando se queria imaginar como seriam os seres humanos antes da invenção da sociedade, eles serviam de modelo, horda vaga de criaturas que andavam nuas. Mas eis que uma suspeita se afirmava: era o selvagem necessariamente uma criatura inferior e desprezível? Não existiam selvagens felizes?

Como os cartógrafos antigos desenhavam plantas, animais e homens nos continentes, marquemos no mapa intelectual do mundo o lugar e a importância do bom selvagem. Não que o personagem seja novo, mas é na época que estudamos, entre um século e outro, que ele adquire definitivamente sua forma e se torna agressivo. Toda uma preparação já se havia operado; os missionários das diferentes ordens, louvando-lhe os méritos que deveriam engrandecê-lo, não se preocuparam em verificar se as virtudes exaltadas eram ou não cristãs. Imprudentes em seu zelo, louvavam uma simplicidade que os

selvagens, diziam eles, traziam naturalmente; uma bondade, uma generosidade nem sempre encontradas nos europeus. Quando essas ideias amadureceram bem, produziu-se então um homem que, mal apareceu, precisou apenas apresentá-las com erva, violência e também talento – essa última condição é a mais necessária. Foi ele o barão de Lahontan, espírito rebelde. Perdido nos exércitos do Rei, aportou em 1683 às margens de Quebec. No início, pensou em fazer carreira no Canadá, pois não era tolo nem covarde. Como sargento e, em seguida, como capitão, tomou parte em expedições contra os iroqueses; mas, indisciplinado, magoado, de decepção em decepção, acabou desertando e voltou a levar uma existência frustrada na Europa. Ora, ao publicar em 1703 as *Voyages*, as *Mémoires* e os *Dialogues*, ele erigiu um monumento sem dúvida mais duradouro do que ele próprio supunha, embora nada tivesse de modesto.

Adario, o selvagem, discute com Lahontan, o civilizado; e a este último cabe o papel de mau. Ao Evangelho, Adario opõe triunfalmente a religião natural. As leis europeias, que só buscam inspirar o temor do castigo, opõe a moral natural. À sociedade, opõe um comunismo primitivo que garante, ao mesmo tempo, a justiça e a felicidade. Viva o hurão!, exclama. Ele lastima o pobre civilizado, sem virtude, sem força, incapaz de prover seu alimento e sua habitação, degenerado e moralmente embrutecido, fantasia de carnaval, com sua roupa azul, meias vermelhas, chapéu preto, pluma branca, fitas verdes, morrendo a cada instante, já que sempre atormentado na busca de bens e honras que só deixam desgosto em sua alma. Vigoroso, bom marchador, bom caçador, resistente à fadiga e às privações, como o selvagem, em comparação, é belo, como é nobre! Mesmo sua ignorância é um privilégio; sem saber ler nem escrever, é poupado de grande quantidade de males. A ciência e as artes são fontes de corrupção. Ele obedece à sua boa mãe, a natureza: logo, é feliz. Os civilizados são os verdadeiros bárbaros: que o exemplo dos selvagens lhes ensine a recuperar a liberdade e a dignidade humanas.

Junto ao bom selvagem, o sábio egípcio reivindica seu lugar, mas ele não está totalmente formado, apenas em formação.

Vai se formando por um trabalho de mosaico: pedras de Heródoto e de Estrabão, sempre recuperadas e nunca usadas; elogios obtidos dos cronologistas,<sup>7</sup> que tendem a privar o hebreu de sua glória sagrada para conferi-la ao egípcio; narrativas de viajantes. Estes lembravam que na antiga terra do Egito nasceram a música e a geometria e que, no céu do Egito, assinalou-se pela primeira vez o lugar das constelações. Lembramos as admiráveis páginas de Bossuet em seu *Discurso sobre a história universal*. Os citas e os etíopes não passavam de bárbaros; cabia ao Egito apresentar a imagem da civilização perfeita. Era uma nação grave e séria, cujo espírito sólido e constante tinha horror à novidade; a glória que lhe deram de ser a mais agraciada revela ser também a mais sociável. Não apenas fundara as leis, mas as observava, virtude mais rara. Julgava os mortos e, pela decisão desse tribunal supremo, separava os bons dos maus e reservava aos primeiros a honra dos grandes túmulos, enquanto os outros eram jogados ao relento. Permitiu ao Nilo inundar seu solo para fertilizá-lo; construiu as pirâmides.

Ora, se Bossuet assim se exaltava, era por estar imbuído das recordações da Antiguidade, era também por ter lido, com a pena na mão, o relato dos humildes missionários capuchinhos que tinham visitado o Alto Egito. Cheio de entusiasmo, também sonhava um dia ver ressuscitada a bela Tebas das cem portas. Não era tal empreitada digna do Grande Rei?

Se nossos viajantes tivessem alcançado o local onde essa cidade foi construída, sem dúvida teriam encontrado algo de incomparável em suas ruínas, pois as obras dos egípcios eram feitas para desafiar o tempo... Agora que o nome do Rei penetra nas mais desconhecidas partes do mundo e que esse príncipe estende para tão longe as pesquisas, encomendadas por ele, das mais belas obras da natureza e da arte, não seria um digno objeto dessa nobre curiosidade descobrir as belezas que a Tebaida guarda em seus desertos e enriquecer nossa arquitetura com as invenções do Egito?

7 Ver mais adiante, Primeira Parte, cap. 2.

Mas o que ele não admitia é que buscassem tão longe uma filosofia ao mesmo tempo muito antiga e nova. Houve um espírito inventivo e bizarro, um aventureiro chamado Giovanni Paolo Marana, genovês que tinha diferenças com os genoveses e se colocara a serviço de Luís XIV, não de maneira desinteressada. Entre outros devaneios, publicou no ano de 1696 um estranho romance, *Entretiens d'un philosophe avec un solitaire, sur plusieurs matières de morale et d'érudition*. Esse romance coloca em cena um ancião de noventa anos, mais corado e viçoso do que uma jovem. De onde vem esse frescor preservado? É que viveu muito tempo no Egito, e no Egito aprende-se o segredo dos elixires que prolongam a vida. Ali se aprende, sobretudo, a verdadeira filosofia, que nada tem de cristã... No mesmo romance aparece ainda um jovem egípcio, pura virtude, pura ciência, capaz de improvisar dissertações admiráveis sobre os mais difíceis assuntos. Tal é a virtude dessa terra pagã e, no entanto, abençoada.

Deixemos os anos passarem. As figuras vão tornar-se mais precisas, mais ricas; o cenário será organizado, sistros, papiros, íbis e lótus; e teremos enfim o Sábio Egípcio, o *Sethos* do abade Terrason, que fará as delícias do século XVIII. Sethos não será um herói, mas um filósofo; não um rei, mas um guardião; não um cristão, mas um iniciado nos mistérios de Elêusis: modelo dos governantes e de todos os homens.

O árabe maometano não parecia destinado à mesma sorte, pois Maomé escutava poucas e boas: pérfido, vil impostor, bárbaro que pusera a terra a fogo e a sangue, flagelo do céu. Mas aqui os sábios vieram somar seus esforços aos dos viajantes; são eles que exploram o momento. Conhecer melhor a civilização oriental: a isso vão se dedicar o sr. d'Herbelot e Galland, seu aluno e sucessor, professor no Colégio Real; o sr. Pococke, professor da cadeira da Arábia na Universidade de Oxford; o sr. Reland, professor de línguas orientais e antiguidades eclesiásticas, em Utrecht; o sr. Ockley, professor de árabe na Universidade de Cambridge. Todos leram os textos originais e desde então passaram a ver o árabe com outros olhos.

Esses homens sábios observaram que uma multidão imensa não teria seguido Maomé se este não passasse de um visionário e epilético; jamais uma religião descrita como grosseira e miserável teria conseguido viver e progredir. Mas se, em vez de repetirmos as mais falsas lendas, interrogarmos os árabes, perceberemos que Maomé e seus seguidores, pelos dons do coração e do espírito, não eram inferiores aos heróis famosos de outros povos. Que males os gentios atribuíram à religião cristã? Quantos absurdos profetaram por sua vez? É sempre assim quando se julgam as coisas de fora. Refutaram-se proposições que os maometanos não haviam sustentado e erros que não haviam cometido: esse triunfo era fácil demais. Na verdade, sua religião era perfeitamente coerente, e nobre, e bela. Vamos mais longe: sua civilização era admirável. Depois que a barbárie dominou o mundo, quem manteve os direitos do pensamento e da cultura? Os árabes...

A evolução que vai da desaprovação à simpatia se consuma em curto espaço de anos. Em 1708 está completa; é a data em que Simon Ockley exprime o que é visto ora como verdade, ora como ilusão, e que, duzentos anos mais tarde, parecerá ainda digno de discussão: ele contesta a prevalência do Ocidente sobre o Oriente, pois o Oriente não viu nascer menos gênios, e a existência é mais feliz no Oriente.

No que diz respeito ao temor a Deus, à disciplina dos apetites, à prudente economia da vida, à decência e à moderação, sob todas as condições e todas as circunstâncias; no que diz respeito a todos esses pontos (os mais importantes, afinal), se o Ocidente adicionou algum progresso, por menor que seja, à sabedoria do Oriente, devo confessar que me engano cabalmente.

Essas ideias avançam e chegam até um francês, o conde de Boulainwilliers, que, rendendo graças a Herbelot, a Pococke, a Reland, a Ockley, escreve em segredo uma *Vie de Mahomet*, na qual a transformação afinal se completa: cada nação possui uma sabedoria que lhe é particular. Maomé representa a sabedoria dos árabes, como Cristo representou a dos judeus.



A testemunha zombeteira de nossas manias, de nossos defeitos e de nossos vícios; o estrangeiro que passeia pelas ruas de nossas cidades, observando e criticando; o personagem que ao mesmo tempo diverte e desagrada, encarregado de lembrar a uma nação orgulhosa de si mesma que ela não detém nem toda a verdade, nem toda a perfeição; indispensável sem dúvida à literatura europeia, que o adota como um de seus tipos favoritos e dele faz uso cem vezes antes de esgotá-lo: que país iria fornecer tal personagem, a Turquia ou a Pérsia?

A Turquia pareceu levar vantagem; uma de suas faces estava voltada para a Europa, sendo mais conhecida. Um inglês, secretário de um embaixador, Sir Paul Rycaut, a descrevera com tamanha vivacidade que, a partir de 1666, seu livro tornou-se um dos clássicos de viagem e, de edição em edição, encontrava-se em todas as mãos. Muitos outros relatos surgiram nessa esteira. Aquele mesmo Marana, que demonstrara curiosidade pelo Egito, explorou a Turquia. Em 1684, começou a publicar um *Espion du grand seigneur* que obteve prodigioso sucesso e fundou uma família quase incontável de filhos e netos. O espião Marnut, que se apresentava como Tito de Moldávia, era muito pouco atraente, feio de cara e taciturno; discreto, modesto, passava despercebido e viveu quarenta e cinco anos em Paris sem despertar atenção; de dia, circulava; à tardinha, voltava para o seu quarto e escrevia ao divã de Constantinopla, seu senhor, ou então a Haznabardassy, chefe e guarda do tesouro de Sua Alteza; ou ao agá dos janízaros; ou a Mehemet, pajem eunuco da sultana mãe; ou ao invencível vizir Azem. Suas cartas eram marcadas pela irreverência, quer aos assuntos da política, quer aos da guerra, ou aos da Igreja; zombava de tudo.

Mas o persa se vingou e a vitória acabou sendo sua. Por duas razões, sem dúvida. Primeiro, por não existirem viagens mais apaixonantes de se ler, apesar de seu ritmo lento, que as de Chardin. Esse joalheiro, filho de joalheiro, que viajou até a Pérsia para vender seus relógios, pulseiras, colares e anéis; esse protestante que a Revogação do Édito de Nantes proibiu de viver em França, possuía uma alma exótica por natureza. Conhecia Ispahã melhor do que Paris; e até gostava mais dela. De modo que, ao ler seu diário, o mais obtuso dos leitores devia compreender que existiam, bem distante, na Ásia,

seres humanos em nada inferiores a ele sob nenhum aspecto, mas cuja vida, entretanto, diferia profundamente da sua. A noção de superioridade, que lhe era familiar, teve de ser substituída pela de diferença. Que transformação psicológica! Na Pérsia, tudo é *outro*: as refeições tomadas ao longo da estrada, os remédios diversos que o médico de cada região aplica, o caravancará onde se dorme; tudo é diferente, roupas, festas, lutos; a religião, a justiça, a lei. Ora, esses persas não são bárbaros, mas, ao contrário, extremamente refinados; civilizados até demais e já um pouco cansados de serem assim faz tanto tempo. Chardin enfatiza a existência e a legitimidade desse "outro mundo" e instrui seus leitores a respeito "de tudo o que podia merecer a curiosidade de nossa Europa no tocante a um país que podemos chamar de outro mundo, quer pela distância dos locais, quer pela diferença de costumes e de máximas...".

A segunda razão que permite ao persa suplantar o turco é tão evidente que basta mencioná-la: depois dos rascunhos, dos esboços, encontramos, para explorar essa matéria já pronta, não mais um homem de talento, mas um homem de gênio chamado Montesquieu.

Por pouco o siamês não se juntou a esse grupo heterogêneo. No Sião, Luís XIV queria instalar o comércio francês e espalhar a verdadeira fé. Começaram os intercâmbios: em 1684, os parisienses viram chegar mandarins siameses, grande maravilha; em 1685, uma missão francesa dirigiu-se ao Sião; em 1686, nova missão siamesa visitou a França; em 1687, outra missão francesa renovou a tentativa. Então surgiram relatos escritos por sábios eclesiásticos e diplomatas envolvidos no assunto. Daí a curiosidade do público. Daí, por um mecanismo psicológico imutável, a imagem embelezada dos siameses, piedosos, sábios, esclarecidos. Por exemplo, conta-se que, ao proporem a conversão ao rei do Sião, ele respondeu que se a providência divina desejasse que apenas uma religião reinasse sobre o mundo, nada lhe seria mais fácil que executar esse designio; mas, como Deus havia tolerado uma infinidade de religiões distintas, devia-se concluir que ele preferia ser glorificado por uma prodigiosa quantidade de criaturas a louvá-lo, cada uma à sua maneira.

Ao ouvirem esses relatos, todos se maravilhavam. O quê? Esse príncipe do Sião, embora ignore as ciências da Europa, expôs com força e clareza extraordinárias o argumento mais plausível da filosofia pagã contra a existência de uma única religião verdadeira!... As conclusões tiradas de tudo isso levam à heterodoxia. Os siameses admitem toda espécie de religião, e seu rei permite a missionários cristãos pregar livremente em suas cidades. São os europeus tão liberais, tão tolerantes? E o que diriam se os talapões, como os padres de lá são chamados, decidissem vir à França propagar a sua fé? - A religião dos siameses é absolutamente ridícula; adoram um Deus extravagante chamado Sommonokodom; entretanto, seus costumes são puros e mesmo austeros; um cristão nada tem a dizer sobre a conduta de suas vidas. Então moral e religião não estão necessariamente ligadas?

Uma revolução palaciana veio contrariar os designios da embaixada francesa; o rei do Sião não se converteu, a empreitada foi abandonada, os talapões foram eclipsados pelo filósofo chinês.

Nessa geografia das ideias, nenhum país conta tanto quanto a China.

Por terem as mais amplas ambições, e esperarem, atenuando diferenças e oposições, conduzir a fé cristã, quem sabe, à enorme extensão da Ásia, os valentes e sábios jesuítas que souberam conquistar em Pequim a estima do Imperador tentavam expor a filosofia chinesa como tão próxima do catolicismo que seria possível, com um pouco de boa vontade, a assimilação mútua. Segundo eles, Confúcio, que havia moldado a alma de seu país, professava uma doutrina na qual se sentiam, a todo instante, sopros divinos; ele supunha que a natureza humana viera puríssima e perfeitíssima do céu e se perverteira posteriormente. Caberia agora lhe devolver a beleza inicial; para isso, os chineses, seus discípulos, deveriam obedecer a Deus, conformar-se com suas vontades, amar o próximo como a si mesmo. Ao ler os preceitos desse Confúcio, acreditava-se encontrar um doutor da nova fé, e não um homem criado na corrupção do estado da natureza; um São Paulo antes do tempo, um São Paulo chinês. Certamente a China havia bebido os princípios da verdade em fonte própria; os filhos de Noé, espalhados pela Ásia oriental, levaram

com eles as sementes que Confúcio só fez cultivar. Nascido 478 anos antes de Cristo, ele costumava dizer, tal um profeta: "No Ocidente encontra-se o verdadeiro santo". Sessenta e cinco anos depois do nascimento de Cristo, o imperador Múmti, interpretando a palavra do Mestre e inspirado por um sonho, despachou embaixadores para o Ocidente, com ordens de prosseguir viagem até encontrar o santo. Na época, São Tomás pregava a fé cristã nas Índias, e se esses mandarins tivessem cumprido sua missão em vez de se deter na primeira ilha, temerosos dos perigos do mar, talvez a China tivesse feito parte da Igreja romana...

Do mesmo modo, se os jesuítas tivessem obtido sucesso em seu esforço de assimilação, talvez a Europa não tivesse percebido o caráter irredutível desse Extremo Oriente que se impunha a seus olhares. Em 1697, tentaram um último e supremo esforço: publicaram sua grande viagem, *Confucius, sinarium philosophus*, livro preocupado menos com a ciência do que com a doutrina, menos com os fatos do que com a interpretação dos fatos, pois será destinado primeiramente aos jovens missionários, pescadores de homens que, mais insuados sobre as semelhanças possíveis, se tornariam mais capazes de prender as almas em suas redes; soldados de Cristo, e como tais munidos de armas apropriadas a seus novos combates.

Mas eles fracassaram; e o ano de 1700 marca a data em que pareceu ser impossível encaixar nos moldes antigos as novidades que trazia o conhecimento do Oriente. A discussão sobre as cerimônias chinesas esclareceu e definiu duas atitudes mentais, obrigando à escolha. Ela era tão antiga quanto as primeiras missões na China, e as ordens rivais jamais cessaram de reprovar aos jesuítas a indulgência, a parcialidade, a tendência à acomodação. Mas quando essas ordens viram o sucesso dos padres, e que estes acabaram por assimilar os chineses como quase cristãos, como cristãos, protestaram com tanto vigor que levaram a questão não somente às autoridades, mas ao grande público: sabe-se da virulência que adquiriram os debates teológicos, quando se passam em tal meio. Não se iludam, dizem eles, os jesuítas enganam vocês. Os chineses são idólatras; os chineses adoram seus ancestrais; os chineses adoram Confúcio. Os jesuítas da China permitem a seus neófitos prosternar-se diante

do ídolo de Chinhoam, homenagear os defuntos com cerimônias repletas de superstição, fazer sacrifícios ao seu doutor Cun-fu-zu; escondem-lhes o mistério da Cruz do Salvador; não lhes administram a extrema-unção; descuidam das cerimônias de batismo. E nesses termos, os religiosos das missões estrangeiras interpretaram os escritos dos padres Le Comte e Le Gobien, a quem acusavam principalmente de traição à fé cristã, na Sorbonne e em Roma.

O combate foi aguerrido. Roma decidiu enviar um núncio à China para proceder a uma nova sindicância; a Sorbonne, contudo, antecipou-se e condenou os jesuítas. Impossível doravante reduzir o desconhecido ao conhecido, a religião chinesa ao catolicismo e a China à cristandade. Fazia-se necessário admitir a existência de um ser irreduzível, de quem não se podia negar nem a estranheza, nem a grandeza.

Libertinos de toda espécie adoravam a China:

Vossius trazia um tratado da China

Onde a nação parece mais que divina.

Dizia-se que os chineses só reconhecem como nobres as pessoas letradas, que só conservam na memória seus príncipes justos e pacíficos; que os conselheiros e os favoritos do imperador, todos eles filósofos, preparam o soberano com tanta liberdade quanto os profetas preendiam outrora os reis da Judeia, do contrário ficariam expostos à censura e à indignação do povo. La Mothe Le Vayer, dizem, teve dificuldade em se conter e não exclamar: *Sancte Confucii, ora pro nobis*; e isso antes de ter lido as obras do filósofo chinês. Depois que o conheceram melhor e assistiram à querela das cerimônias, duas coisas surgiram com clareza: a primeira, a civilização chinesa era admirável; a segunda, ela era basicamente pagã. Para os livre-pensadores, que espólio a explorar!

Exploração política:

Os chineses são privados da Revelação; dão à potência da matéria todos os efeitos que atribuímos à natureza espiritual, da qual rejeitam a existência e a possibilidade. São cegos e talvez obstinados.

Mas são assim há quatro ou cinco mil anos. E sua ignorância, ou teimosia, não privou seu estado político de nenhuma dessas maravilhosas vantagens que o homem racional espera e deve obter, naturalmente, da sociedade: comodidade, abundância, prática das artes necessárias, estudos, tranquilidade, segurança.<sup>9</sup>

Exploração religiosa:

Houve quem se espantasse diante do fato de que, entre as diversas religiões do mundo, foi possível encontrar uma única que tenha se estabelecido exclusivamente sobre o dever natural, sem a ajuda da Revelação, rejeitando igualmente os sistemas maravilhosos e os fantasmas da superstição e do terror, todos que supúnhamos de enorme utilidade para a conduta dos homens.<sup>10</sup>

Os chineses são ateus; não de um ateísmo negativo, como o dos selvagens da América, mas de um ateísmo positivo, deliberado, almejado; tampouco são menos sábios e virtuosos. São piedosos - e spinozistas:

Até onde eu posso julgar os sentimentos dos eruditos da China pelos relatos fornecidos pelos viajantes e sobretudo pelo padre Gobien em sua *Histoire de l'édit de l'empereur de la Chine en faveur de la religion chrétienne*, parece-me que todos eles concordam com Spinoza quanto a não haver outra substância no universo além da matéria à qual este dá o nome de Deus, e Straton, o de Natureza.<sup>11</sup>

Mais ainda que o bom selvagem, o sábio egípcio, o árabe maometano, o turco ou o persa zombeteiro, o filósofo chinês encanta os que pedem e precipitam a vinda de uma nova ordem.

9 Boulaivilliers, *La vie de Mohammed*, 1730, p. 180-181.

10 Idem, *Réputation des erreurs de Spinoza*, 1731, p. 303.

11 Collins, *Lettre à Dodwell sur l'immortalité de l'âme*, 1709. Trad. francesa, Londres, 1769, p. 289.

Os viajantes da Europa têm, em geral, uma curiosidade moderada; os viajantes da América, da África ou da Ásia, impulsionados pelo gosto da aventura, pela cupidéz e pela fé, são mais apaixonados; os viajantes do imaginário chegam ao furor.

São numerosos; difícil é escolher. Seguiremos Jacques Sadeur à Terra Austral onde permaneceu durante trinta e cinco anos ou mais? Seguiremos o capitão Siden à terra dos sevarambes? Conheceremos a ilha de Calejava, onde todos os homens são racionais? Ou a ilha de Naudeley, modelo de boas maneiras? Ou o poderoso reino de Krinke Kesmes? Deleitar-nos-emos com a narrativa das aventuras de Jacques Massé? Não são obras de arte essas narrativas imaginárias; seus heróis são tremendos tagarelas que nunca recuam diante de um longo discurso, diante de uma pesada digressão; seu estilo não tem leveza. Enfatuados, não nos poupam nem a ostentação de seus conhecimentos, nem a análise detalhada de suas virtudes. Os autores, na grande maioria errantes, desertores, gostam de expor nos livros sentimentos que lhes valeram a reprovação de sua casta; os outros, burgueses de tranquila aparência, difundem seus sonhos reprimidos.

A receita é sempre a mesma: começa-se pela história de um manuscrito transmitido ou encontrado miraculosamente. Por que motivo essa ficção nunca deixou de seduzir os escritores, a ponto de a retomarem insolentemente uns após outros, como se fosse sempre fresca? O manuscrito conta a epopeia de um herói aventureiro que correu perigos no mar e, tendo sofrido um naufrágio, pôs os pés em terra desconhecida, de preferência austral. Aqui começa o essencial: a abundante descrição de um lugar de que os geógrafos não faziam ideia. Acumulam-se lembranças emprestadas das utopias, das expedições longinquas; acrescentam-se lances absurdos, e muitas graças picantes. Assim, Jacques Sadeur é hermafrodita; sorte sua, pois o lugar em que aporta é povoado por hermafroditas, que tomam por monstros aqueles que possuem apenas um sexo, e os matam. Mas tais amenidades são apenas secundárias. O verdadeiro jogo consiste em transportar-se a uma terra imaginária e examinar a situação religiosa, política e social do velho continente; é mostrar que o cristianismo em geral, e o catolicismo em particular, são

absurdos e bárbaros; que os governos em geral, e a monarquia em particular, são iníquos e detestáveis; que é preciso refazer a sociedade de cima a baixo. Concluída essa demonstração, resta ao herói da viagem fictícia retornar à Europa para morrer.

O que surpreende nesses romances é a contínua vontade de destruir. Não sobra uma tradição não contestada, uma ideia familiar admitida, uma autoridade que deixem subsistir. Todas as instituições são demolidas, pelo prazer de contestar. Sábios anciãos aparecem em boa hora para substituir, com seus sermões laicos, os ministros do culto; vangloriam as repúblicas incorruptíveis, as oligarquias tolerantes, a paz obtida pela persuasão, a religião sem sacerdotes e sem igrejas, o trabalho reduzido que se transforma em prazer; enaltecem a sabedoria reinante em suas terras, terras admiráveis que perderam a noção do pecado. Dogmatizam contra os dogmas. De repente, um salto de imaginação reconduz à aventura, uma obscenidade volta a divertir o leitor; ou assim acredita o autor. Depois, ele volta a mostrar como nossa vida cotidiana é cansativa, batida, desarrazoada, triste; e a pintar os dias felizes vividos nesses lugares inexistentes.

O que surpreende mais é o triunfo do espírito geométrico. Tudo organizar com grande precisão, tudo ordenar segundo o número e a medida: esse desejo persegue os autores, persiste até em seus sonhos e loucuras. Temível e inflexível essa tendência igualitária. Aplica-se a todas as manifestações da vida, mesmo à linguagem, que nada deve ter de empírica, deve ser inteiramente racional. Aplica-se às habitações, as "sedezenas";<sup>12</sup> em cada sedezena, dezesseis bairros; em cada bairro, vinte e cinco casas; nessas casas, quatro quartos contendo cada um quatro homens: eis uma terra bem organizada. Ruas regulares, grandes construções quadradas, todas no mesmo estilo: eis uma cidade bem planejada. Jardins perfeitamente quadrados, onde as árvores são arrumadas conforme deem frutos mais ou menos úteis e agradáveis: que belos jardins! Com os números se prova tudo, até a impossibilidade da ressurreição dos corpos. Suponham um país com 41.600 aldeias, onde cada

12 Conjuntos de 16 objetos (N. da T.).

aldeia compreenda 22 famílias e cada família, nove pessoas. Total: 38.230.000 habitantes, que representam 10.400.000 pés cúbicos de carne. Essa massa se renova a cada sessenta anos; ao final de dez mil anos, calculem no que se transformará: formaria um conglomerado incomparavelmente maior que a terra, logo, a ressurreição dos corpos é impossível. — As montanhas, dada a desigualdade que apresentam aos olhares, são irritantes; assim, os australianos não hesitam e as aplainaram.

Quando alguém se inebria desse espírito e acorda diante do concreto, sofre. Ou então submete o próprio concreto, por bem ou por mal, a uma transformação geométrica. Dizem que a vinda de Cristo, por desorientar a razão, não é verdadeira; que a Bíblia, por não ser clara, é falsa; e que a única sabedoria consiste em apenas se admitir o evidente. Tyssot de Patot, longe o utopista que mais refletiu e pesquisou, autor de *Voyages et aventurres de Jacques Massé* (1710), escreve em suas *Lettres*: “Passeto há tantos anos pelos caminhos vastos e iluminados da geometria, que mal suporto as trilhas estreitas e tenebrosas da religião... Quero evidência ou possibilidade por onde ando.”<sup>13</sup>

São livros recheados de tolices, de miscelâneas, que guardam ideias mal definidas, mas violentas, sentimentos expressos toscamente, mas poderosos. Eles prenunciam não apenas Swift, Voltaire e Rousseau, mas o espírito jacobino, mas Robespierre.

Viajar não significava ainda buscar imagens deslumbrantes, passear sob céus diversos uma sensibilidade ávida de entender as próprias alterações. Tratava-se de comparar os costumes, os princípios, as filosofias, as religiões; alcançar o sentido do relativo; opor, duvidar. Entre os que correram o mundo para trazer para casa o desconhecido, houve mais de um libertino.

Ler as narrativas de viagens era evadir-se, passar da estabilidade interior ao movimento. Quantas ideias tímidas ou preguiçosas foram excitadas pelo conhecimento do império da China ou do reino do grão-mogol! Ao ver esses dogmas contraditórios, cada um pretendendo traduzir a única e absoluta

<sup>13</sup> Tyssot de Patot, *Lettres choisies*, 1727, carta 67.

verdade, ao considerar essas civilizações diferentes, cada uma reivindicando a única e absoluta perfeição, como aprendemos a não mais crer! — “São cegos e inexperientes aqueles que imaginam que a Europa é uma terra perfeita, sem a menor necessidade dos vizinhos... Sem sombra de dúvida, se ela pudesse se comunicar com os australianos, seria completamente diferente do que é hoje.”<sup>14</sup>

A Europa não se comunicou com os australianos, mas entre todas as terras que a atraíram, comunicou-se de preferência com o Oriente. Um Oriente que, totalmente deformado por ela, já não conservava suficiente força original para representar um valor não cristão, uma parcela da humanidade que havia construído à parte sua moral, sua verdade e sua felicidade.

Essa foi uma das razões pelas quais a consciência da velha Europa se tornou e, querendo ser subvertida, obteve êxito.

<sup>14</sup> Gabriel de Foigny, *La terre australe connue*, 1676, cap. XI.

## CAPÍTULO 2

### *Do antigo ao moderno*

Os antigos, os caros antigos: admiráveis modelos. Quando se dedicaram a escrever, sempre produziram nobres obras. Filósofos, deram ao mundo uma moral que ao cristianismo bastou completar; na ação, comportaram-se como heróis; nada fabulosos, como os Roland e os Amadis, mas verdadeiros. De sorte que, para escrever, para pensar e para viver, bastava imitá-los.

De repente (de fato é assim que as coisas acontecem), chegaram os ímpios, os blasfemadores: os modernos que haviam derrubado o altar dos deuses antigos. E eis que essa simples palavra, *moderno*, passou a ter um valor insitado: fórmula mágica que conjurava a força do passado. Depois de ter sido moderno timidamente, foi-se moderno vaidosamente, com ar provocador. Abandonou-se o partido dos grandes mortos para deixar-se entregar à alegria, por sinal fácil e insolente, de sentir em si o afluxo de uma vida jovem, mesmo efêmera; preferia-se apostar no presente que no eterno. Pensava-se, como os Trivelin de Marivaux, que carregar quatro mil anos nos ombros não era mais uma glória, mas um insupportável fardo. Nasceu uma superstição da qual não nos livramos.

O novo, embora perecível por excelência, é para nós uma qualidade tão eminente que sua ausência corrompe todas as outras e sua presença as substitui. Sob pena de nulidade, de desprezo e de tédio, nos forçamos a ser sempre mais *avançados* nas artes, nos costumes, na política e nas ideias, e nos formamos de modo a apreciar apenas o espanto e o efeito instantâneo de choque...<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Paul Valéry, *Regards sur le monde actuel*, 1931, p. 161.

Do passado ao presente: é outra virada, por que se deu? Por que motivo parte da Europa pensante passou a denunciar o culto da Antiguidade profusado pela Renascença e por toda a idade clássica? A famosa Querela dos Antigos e dos Modernos, dada geralmente como explicação para essa reviravolta, não passa de um sinal; deve-se buscar sua razão de ser.

No fundo das consciências, a história entrou em falência, e o sentimento mesmo de historicidade tendia a ser abolido. Se o passado é abandonado, é porque pareceu inconsistente, impossível de entender e sempre falso. Perdeu-se a confiança nos que pretendiam conhecê-lo; ou eles se enganaram ou mentiam. Algo como um grande colapso, depois do qual nada mais se viu de seguro senão o presente, e todas as miragens tiveram de refluir para o futuro.

No começo, era evidente que os historiadores modernos não tinham muitas certezas.

Havia muitos deles: Mézeray, o padre Maimbourg, Varillas, Vertot, Saint-Réal, o padre Daniel, o padre Buffier, que confinou reis e rainhas, tratados e batalhas, impérios, províncias e cidades em versinhos para serem decorados. E Laurence Eachard, Edward Hyde, conde de Claredon, Abel Boyer, Gilbert Burnet, o mais conhecido de todos. E Antonio de Solis, que, em 1684, dotou a Espanha da brilhante *Historia de la conquista de Mexico*. E muitos outros, que queriam ser resgatados do reino das sombras, mas ali devem ser deixados, a bem da justiça. Por mais diferentes que fossem, concordavam a respeito de vários pontos: a história é uma escola de moral, um tribunal soberano, um teatro para os bons príncipes, um cadafalso para os maus. Ensina a conhecer os temperamentos, pois é "uma anatomia espiritual das ações humanas". Sobretudo, é uma obra de arte, como diz o sr. Cordemoy, tutor de monsenhor o delfim: "Vale mais a pena empregar seu tempo à composição e à organização dos fatos da história que à sua pesquisa; vale mais também sonhar com a beleza, a força, a clareza e a concisão de estilo que parecer infalível em tudo o que se escreve". Dramática, patética, ela exige uma encaenação suntuosa; as batalhas, as conjurações, as revoluções, os cismas, excelente matéria, belos temas. Oratória aproxima-se da poesia, que não passa de uma forma da

eloquência, uma eloquência rimada. Nobre, seu elemento natural é o sublime. Comporta necessariamente, como é sua lei, discursos, descrições, máximas, análises, paralelos como este: Carlos V e Francisco I, face a face:

A Providência não se contentou em fazê-los nascer ao mesmo tempo, num mesmo reino e com estreita ligação de sangue; quis também que tirassem seu principal brilho um do outro, o que é tão verdadeiro que depois de um deles ter ficado fora de forma, o outro permaneceu sem virtude e só cometeu erros... Começemos, portanto, esse excelente paralelo pelo que há de menos conhecido na história de nossos grandes heróis e continuemos, se possível, com toda a exatidão exigida por Aristóteles e Plutarco, os maiores mestres nesse gênero de escrita...<sup>2</sup>

Em suma, todos os historiadores daquela época queriam ser Tito Lívio, porém ainda mais eloquentes, ainda mais rebuscados. E, sem dúvida, todos teriam aderido à fórmula elaborada por um dos teóricos do gênero, o padre Le Moyne: "A história é uma narração contínua de coisas verdadeiras, grandes e públicas, escritas com espírito, eloquência e tino, para a instrução do povo e dos príncipes, e para o bem da sociedade civil".<sup>3</sup>

Escreviam belos prefácios; diziam que sua mais viva preocupação era mostrar imparcialidade. Entretanto, como admitiam também que cabia a eles defender seu rei, seu país e sua religião, tomavam partido em todas as circunstâncias, e não buscavam mais encontrar a verdade, mas sustentar suas teses. Católicos e protestantes defrontavam-se, a pena na mão; um exaltava Luís XIV e o outro, Guilherme de Orange; assim nasciam intermináveis disputas, das quais as mais ruidosas foram as que se seguiram a *The history of the reformation of the Church of England* (1679-1715), de Gilbert Burnet, à *Histoire du luthéranisme* (1680), à *Histoire du calvinisme* (1682), do padre Maimbourg, e à *Histoire des révolutions arrivées en Europe en matière de religion* (1686-1689), de Varillas.

2. Varillas, *Histoire de François I<sup>er</sup>*, à qual se seguiu a *Comparaison de François I<sup>er</sup> avec Charles Quint*, do mesmo autor, 1684.

3. Padre Le Moyne, *De l'Histoire*, 1670, p. 76-77.

Não tinham rigor. Saint-Réal romaneia o caráter e a vida de dom Carlos, os episódios da conjuração dos espanhóis contra a República de Veneza: se os romancistas não vacilam em tirar proveito da história, por que não fazer da história um romance, apenas menos falso? – Varillas, já velho e não enxergando mais direito, ditava todo dia, horas a fio, sem se dar ao trabalho de verificar o que quer que seja. Ele não esperou ficar velho para inventar fatos; um de seus rivais lhe reprova ter contado, entre outras fantasias, o fim trágico dos amores de Francisco I com a sra. de Chateaubriand; segundo Varillas, o sr. de Chateaubriand, voltando de Pávia, em 1526, mandara trancar a mulher infiel num aposento atapetado de negro. Para saborear a vingança, podia, sem ser visto, observá-la entregar-se à dor, ao desespero, até que a fez sangrar por dois cirurgiões. Na verdade, em 1532, durante uma viagem à Bretanha, Francisco I deu à dama a renda de diversas propriedades feudais e, quando ela morreu, em 1537, ele deixou ao marido o usufruto desses bens... – Laurence Eachard, ao escrever a história da Inglaterra desde os tempos de Júlio César, estima que, numa época refinada como aquela em que este viveu, não deveria consultar os escritos grosseiros dos monges, de modo que se contentou em remanejar, e, segundo a necessidade, imitar o que encontrou de bom em autores antigos e modernos, admitindo o que outros tinham o costume de fazer sem confessar. – As anedotas que nos chegam não são inverossímeis. Como Vertot terminara de escrever a narração do cerco a Malta e lhe indicaram documentos, respondeu já ser tarde demais, pois o seu cerco estava pronto. O padre Daniel foi consultar os volumes da biblioteca do rei, passou uma hora entre eles e declarou-se muito contente. Que homem feliz! Disse que as citações de manuscritos proporcionam muita honra para um escritor e que encontrou um grande número delas, mas disse também que aquela leitura lhe proporcionou mais pesares do que vantagens. E facilmente acreditamos nele.

Como um edifício tão pomposo, tão frágil, resistiria ao menor abalo? A dúvida já se encontra na consciência desses historiadores, pois são humanistas, embora tardios, e percebem vagamente esse retardo. Um escrúpulo perturba-os. Apesar de triunfantes, não têm o espírito em repouso e, mesmo quando cantam diante do público suas árias de bravura, estão inquietos. *Quid est veritas?*

A verdade é a simples verosimilhança nos fatos duvidosos? Essa aparência de lógica de que um pouco de meditação basta? Um acordo interior, uma harmonia resultante de uma composição hábil, uma criação artística? Como é difícil captá-la! Até onde é permitido ir para encontrá-la? Temos o direito de bancarmos os curiosos na casa dos outros, de entrar nos gabinetes, levantar os véus, puxar as cortinas que escondem o segredo das famílias e procurar lá algo para entreter a curiosidade dos homens? Quantas vezes dois autores, ou três ou quatro, contam o mesmo cerco, a mesma batalha, dando versões diferentes? E então, qual escolher? Por que milagre os acontecimentos, desde o momento em que aparecem escritos, assumem um ar romanesco? Tais são as questões que perturbam esses historiadores. Claro, são superficiais, incapazes de uma pesquisa continuada; a um só tempo prolixos e apressados em terminar; escamoteiam as dificuldades; ignoram como se pode ter acesso às fontes, como encontrar, sob as sucessivas camadas, a cor original; falta-lhes espírito crítico: mas não o suficiente para afastar sem dificuldade um dissimulado mal-estar. Encontra-se a expressão disso em *Méthode pour étudier l'histoire*, publicado em 1713 por Lenglet Dufresnoy, espírito bastante livre, mas confuso. Tomem cuidado, diz o autor, nada é mais difícil que evitar o erro; cerquem-se de precauções, sigam as regras confiáveis; não aceitem tudo, examinem, filtrem; desconfiem diante do singular e do extraordinário; procurem as razões que o autores podem ter para se enganar, ou enganar os outros. Sejam críticos, *caso contrário, chegará o dia em que será dado à verdade e à mentira o mesmo grau de autoridade*. Tal é o perigo que ameaça, ele é percebido; traduzem-no por uma palavra que costuma vir aos lábios, por uma palavra que condena-mos mas somos incapazes de afastar: ao pirronismo que já aterrorizava Pascal, acrescentamos a palavra *histórico*.

Em 1702, um professor de grande reputação, Jacob Perizonius, que já ensinava história latina e grega na Universidade de Leiden, foi encarregado de um curso de história das Províncias Unidas. Segundo o costume, deveria pronunciar um discurso inaugural na presença dos magistrados da cidade, de seus colegas professores e dos estudantes; escolheu como tema o pirronismo histórico. Com belas frases latinas, declarou que chegara uma época de crítica



a tudo, época em que se vai facilmente aos extremos; que a história estava em plena crise; que enquanto uns aceitavam tola mente as fábulas com que os enganavam, outros negavam todo o seu conteúdo. Este último estado de espírito, mais brilhante, mais sedutor, progredia e era particularmente perigoso. Caso prevalecesse, seria o fim de tudo, mergulharíamos no ceticismo universal. Por isso o orador afirmava a possibilidade de uma certeza histórica e exclamava: *Valeat tandem pyrrhonismus!* Ao diabo com o pirronismo!

Mas havia muito a fazer. Três grupos, no mínimo, conduziam então o ataque contra a história. Os cartesianos, seguindo seu mestre, afirmavam que um homem honesto não precisava saber o grego e o latim mais que o suíço ou o baixo bretão, e a história do Império Germânico ou Românico mais que a do menor Estado encontrado na Europa. Malebranche exagerava: os historiadores contam os pensamentos dos outros, e eles próprios não pensam. Adão, no paraíso terrestre, possuía a ciência perfeita. Conhecia história? É evidente que não; logo, a ciência perfeita não era a história. E quanto a ele, Malebranche, contentava-se em saber apenas o que Adão soube... O verdadeiro, para tal espírito, só se busca e só se encontra pela meditação; a verdade não é histórica, mas metafísica. Por sua vez, os jansenistas, os moralistas rigorosos, desconfiavam dessa forma de eterna *libido sciendi*. Os mais exaltados, porém, eram os libertinos.

Pois a história era, para eles, como um inimigo pessoal; saíam acusando-a de imprecisa e falsa, de vil, cheia de adulações dirigidas aos poderosos; arrumada como se faz com os pratos na cozinha, colocando a mesma carne em tantos guisados quanto há países no mundo. Se fosse preciso lê-la, não seria para conhecer os fatos, mas tão somente para ver a interpretação feita por cada homem, cada partido, cada povo. A história como um todo não passaria de um perpétuo pirronismo.

Os franceses se distinguiram pela vivacidade dos ataques, embora não fossem os únicos. De Leipzig, J. B. Mencken, filho do fundador dos *Acta eruditorum*, bradava contra os historiadores, que englobava na vasta trupe dos charlatões. Charlatões sim, uns porque, para igualar a glória de Tito Lívio, dispersam as narrativas com longos e tediosos discursos, atribuindo as mais

refinadas frases aos homens mais grosseiros; outros porque, temendo perder leitores caso estes não vislumbrem quadros agradáveis, carregam as páginas de ornamentos gastos; outros, ainda, porque, para lisonjear os mecenas que os pagam, imaginam genealogias, ou até fabricam mentiras. Chatlatão entre os charlatões, o francês Varillas; mas, de modo geral, todos os historiadores são charlatões, pois, em seus prefácios, prometem dar ao público uma verdade que nunca se vê chegar...

É exato, pensavam os sábios. Depois de tantas histórias da França, não temos uma única História da França digna de crédito. Nem, aliás, uma História da Inglaterra; nem qualquer história que seja. Outrora, acreditávamos em tudo de olhos fechados. Hoje é chegada a hora da dúvida. "Não teremos razão de assinalar, em nosso tempo, a época do pirronismo da história?"<sup>4</sup>

Duvidar também da história romana, pensar que os autores antigos não eram menos parciais, nem menos fúteis, nem menos charlatões do que os outros, seria mais doloroso.

Pois Rômulo e os heróis que o precederam e sucederam eram, para todos os eruditos, conhecidos íntimos, apresentados desde o colégio; sabiam escrever na língua deles, e usavam-na até para compor suas próprias cartas e discursos. Essa história venerada se organizava admiravelmente; era contada em tom tão seguro, com uma nobreza tão elevada, que parecia não deixar espaço para a mentira. Era uma epopeia vivida. Um dia — mais precisamente no *annus mundi* 2824, quatrocentos anos antes da fundação de Roma —, Eneias chegou ao Lácio com os troianos fugidos da fúria das chamas que acabavam de reduzir Ilium a cinzas. Ele errara durante três anos pelos mares. Latino reinava então. Esse príncipe generoso, condoído das desgraças de Eneias, o recebeu com bondade e, para retê-lo em sua terra com laços tão fortes quanto doces, dera-lhe em casamento a mão da própria filha, Lavinia. Turnus, rei dos rútulos, príncipe invejoso, declara-lhes guerra; vencido, sua morte trouxe a tranquilidade de volta ao Lácio e garantiu a Eneias o cetro que Latino lhe deixou

4 Paulin, *Critique des lettres pastorales de M. Jurieu*, 1689, p. 78-80.

ao morrer, como uma herança para o esposo da filha.<sup>5</sup> Tudo isso era composto como uma bela tragédia; esses romanos eram tão verdadeiros quanto aqueles admirados no teatro, com seus elmos emplumados e saíotes curtos.

Mas não; devia-se apagar e corrigir, à custa de grande pesar, a falsa imagem desses amigos muito queridos. Talvez mesmo persuadir-se de que não passavam de fantasmas; à luz do dia, dissipavam-se no ar. Uma voz, nunca vã, já os denunciara como irreais. Ousava dizer que, sendo os homens sempre os mesmos, pueris, vaidosos, crédulos, e particularmente sensíveis no que toca às suas origens, continuam ainda hoje assim: reivindicam para a nação à qual pertencem títulos fúteis de antiguidade, tal como fizeram outrora. Os romanos inventaram quimeras que havíamos aceitado e prezado:

Os romanos não ficaram isentos dessa vaidade. Não se contentando em querer pertencer a Vênus, através de Eneias, condutor dos troianos à Itália, renovaram sua aliança com os deuses pelo fabuloso nascimento de Rômulo, que acreditavam filho do deus Marte e que foi transformado em deus após a morte. Seu sucessor, Numa, nada tinha de divino em sua raça, mas a santidade de sua vida lhe permitiu a comunicação com a deusa Egéria, e esse comércio representou para ele um belo auxílio para estabelecer suas cerimônias. Enfim, os destinos não tiveram outra preocupação além de fundar Roma, se acreditarmos nessa história. Lá, uma providência industriosa quis ajustar os diversos temperamentos de seus reis às diferentes necessidades de seu povo.

Odeio as admirações fundadas em contos ou estabelecidas pelo erro de falsos julgamentos. Há tantas coisas verdadeiras a se admirar nos romanos que favorecê-los pelas fábulas é prejudicá-los.<sup>6</sup>

5 Segundo Laurence Eachard, em *The Roman history from the building of the city ...* (1694). Vertot, em *Histoire des révolutions arrivées dans le gouvernement de la République romaine*, (1719), se algumas vezes varia quanto aos fatos, não contradiz a história.

6 Saint-Evremond, *Reflexions sur les divers génies du peuple romain, dans les différents temps de la République*.

Essa voz tão forte e tão clara, essas ideias tão ousadas perturbavam a segurança de uma fé serena. Como distinguir as coisas verdadeiras, que para Saint-Evremond mereciam ser admiradas, das falsas? Sobretudo, como destruir a ideia de um conjunto perfeitamente imóvel, para substituí-la pela ideia de evolução, até então mal concebível? Como fazer o passado recuar, lançá-lo ao fundo das eras, sob o pretexto de que apenas longe e na sombra pode-se imaginá-lo tal como foi?

Em Leiden, Jacob Gronovius nega a existência de Rômulo; em Oxford, Henry Dodwell a questiona. Durante quase dois mil e quinhentos anos, uma infinidade de autores escreveu que a vestal Rhea Silvia tivera dois filhos, Rômulo e Remo, nascidos de seus amores com Marte. Os gêmeos foram deixados no Capitólio e alimentados por uma loba. Ora, essa fábula é tão absurda que mal merece refutação. *Certe nulla est, praeter sacram, historia quae non primas suas origines fabulis immixtas habeat. Historia Romana ante Romulum nulla fide digna. Vel Romuli ipsius fortasse dubia.* É certo que não existe nenhuma história, exceto a história sagrada, que não seja mesclada de fábulas em suas primeiras origens. A história romana, antes de Rômulo, é indigna de fé. E mesmo a história de Rômulo talvez seja duvidosa ... Eis o que começam a dizer: mais tarde demonstrarão a incerteza absoluta dos quatro primeiros séculos de Roma.

Da história grega, basta dizer: ela era vista como sendo ainda mais enganosa. Seria possível acreditar que os atenienses, os mais doutos dos homens, não possuísem anais organizados a não ser numa época extremamente tardia, de sorte que suas origens, seus começos lhes tenham escapado por completo? Embaralharam tudo, os anos, os ciclos; não encontravam sequer a data de suas festas. Aristófanes coloca em cena os deuses que se queixam de a lua não lhes ter advertido a respeito desses bons momentos, o que os priva dos festins públicos e os obriga a olhar famintos para o céu. Como confiar nos analistas gregos depois disso?

O que se percebe é que não só não há verdade em matéria de história antiga, como nem mesmo possuímos os instrumentos necessários para obtê-la. Como os antigos mediam? Como contavam? No entanto, era importante

sabê-lo, antes de ousar falar das realidades de suas vidas, caso contrário estamos condenados à perpétua inexistência, a falar no vazio. Essas preocupações apareciam nas assembleias eruditas como as da Academia Real de Inscrições e Belas-Letras. Não faltam aí conhecimentos, é verdade, nem tampouco boa vontade, mas falta um método seguro. Procura-se, duvida-se, demonstra-se um apetite de conhecimento que permanece insatisfeito; e adquire-se essa triste sabedoria, que consiste em saber que nada se sabe.

Assim, deixemos o que é profano e confieemos na única história que importa, afinal: a história ditada por Deus. Aqui, tudo se torna mais fácil. Desde a criação do mundo até o advento de Jesus Cristo, quatro mil e quatro anos transcorreram; ou quatro mil, se quisermos polemizar. No ano 129, a terra começou a encher de gente e os crimes aumentaram. No ano de 1656, aconteceu o Dilúvio; em 1757, os homens tentaram construir a Torre de Babel. A vocação de Abraão foi decidida em 2083; a lei escrita foi entregue a Moisés quatrocentos e trinta anos após a vocação de Abraão, oitocentos e cinquenta e seis anos após o Dilúvio, no mesmo ano da partida do povo hebreu para o Egito. Graças a esses pontos de referência firmemente estabelecidos, ao compor o seu nobre *Discours sur l'histoire universelle*, Bossuet vê ordenar-se uma série de épocas que se destacam umas das outras no tempo; sob harmoniosos e majestosos pórticos, passa a via triunfal que conduz ao Messias. Era tão agradável percorrê-la, que almas simples e ingênuas preenchiam suas vidas com concordâncias e lembranças e evocavam não apenas o ano, mas o mês, o dia em que ocorreram os fatos memoráveis relatados pela história sagrada. Fiéis abriam o livro de orações: 18 de fevereiro, ano 2304 antes do nascimento de Nosso Senhor, Noé enviou uma pomba para fora da arca; em 10 de março, Jesus recebeu a notícia da doença de Lázaro; em 21 de março, Jesus maldisse a figueira; em 20 de agosto, *Anno Domini* 930, morreu Adão, o primeiro homem...<sup>7</sup>

A essas crenças ingênuas, a essa segurança veio então se opor a cronologia.

7 Citado por Henri Bremond, *Histoire littéraire du sentiment religieux en France*, t. X, 1930, cap. VI.

Parecia não passar de modesta disciplina, útil certamente aos estudantes para exercitar-lhes a memória e impedi-los de cometer confusões tolas, mas seca e áspera, um corpo descarnado, só nervos e ossos. Ora, à medida que se agravava a impressão de desordem nos arquivos dos homens, ela crescia em importância e dignidade, tornava-se uma arte necessária, e mesmo uma ciência. Era chamada de a doutrina dos tempos e das épocas: "Como a navegação dá as diretrizes aos pilotos para conduzi-los no mar sem se perderem nas viagens de longo curso, a cronologia as fornece para viajarem com segurança no vasto e obscuro país da antiguidade". Viagem de longo curso, de fato, ao longo curso dos séculos decorridos e das raças extintas! Se ela não tem exatamente consciência das próprias leis, ao menos as aplica: julga a verossimilhança de um texto, seja qual for, não pela autoridade que o sustenta, mas pela aritmética; pouco lhe importa a língua na qual esse texto está escrito, se em francês, latim, grego ou hebreu; pouco lhe importa sua origem, seu caráter; passa do profano ao sagrado pela própria natureza de seu ser, que só deseja ser cálculo; sabe apenas uma coisa: deve somar com exatidão. No fundo das bibliotecas, curvados sobre os livros, consultando e comparando, os especialistas, inspetores e verificadores das contas da história ocupam-se com tarefas ingratas e de aparência inofensiva. Este o prazer deles, esta a sua paixão: fixar certas datas, fazer aritmética com os anos. Discutem entre si, e se por acaso as pessoas comuns escutam o ruído de suas disputas, eles apenas riem; passatempo de pedantes. Quando esses sábios tiverem terminado, ou melhor, quando tiverem levado mais adiante as pesquisas (pois começaram faz tempo, desde a Renascença; e jamais terminarão), mais que os ímpios e os rebeldes, eles terão lançado a confusão nas consciências e garantido a ideia de que nada no passado é seguro. Nem todos são incrédulos; alguns contam e recontam a fim de defender os cálculos tradicionais contra os novos cronologistas, de tal modo que entre uns e outros desenrola-se, durante anos e anos, um obscuro e decisivo combate. Leibniz e Newton nele tomam parte.

A soma utilizada parecia, entretanto, bem fácil. Adão viveu cento e trinta anos e gerou um filho à sua semelhança; deu-lhe o nome de Seth. E os dias de Adão, depois de ter gerado Seth, foram oitocentos anos; e ele gerou filhos

e filhas. O tempo total de vida de Adão foi, portanto, de novecentos e trinta anos; depois morreu. Seth viveu cento e cinco anos e gerou Enoque. E depois de ter gerado Enoque, Seth viveu oitocentos e sete anos. O total dessas sucessivas gerações perfaz os quatro mil anos que separaram a criação do mundo do nascimento de Cristo. Mas talvez faltem elos na cadeia: sem dúvida a conta não está completa; provavelmente os hebreus tinham um modo particular de calcular ... Se, para fugir da incerteza, os cronologistas começam a empregar o método comparativo e a pedir datas e números às nações vizinhas dos judeus, meu Deus, quantas discordâncias! As dificuldades multiplicam-se e só conduzem a "trevas mais que cimerianas".

Dois povos, se formos direto ao essencial, desmentiam as tabelas, pretendendo uma duração não de quatro milhares de anos, pálida glória, mas de dezenas ou centenas de milhares de anos. Os egípcios, tão sábios, tão justos, a quem, aliás, se concederam tantas demonstrações de apreço quanto à questão de datas, mostravam-se insanos. Obstinaados quanto à sua antiguidade e no-breza, julgavam "bom perder-se num abismo infinito de séculos que parecia aproximá-los da eternidade". Contudo, era difícil recusar-lhes os argumentos por serem excelentes calculadores e possuírem crônicas bem definidas. No século III a. C., "o famoso Manéthon, sacerdote ou sacrificador da cidade de Heliópolis", escrevera a história do Egito, por ordem do rei Ptolomeu Filadelfo; ora, ali enumerava uma série de dinastias reais, cujo início se situava antes da época tradicionalmente estabelecida para o Dilúvio, e que prosseguia sem interrupção, mesmo durante a época das grandes águas. Outra crônica, ainda mais antiga, escrita bem antes do reino dos Ptolomeus, sustentava terem existido reis entre os egípcios "durante o espaço de 36.525 anos, até Mectanebas, o último de todos, expulso do trono por Ochus, rei dos persas, dezoito anos antes da monarquia de Alexandre, o Grande".<sup>8</sup>

Do mesmo modo, os chineses, competentes astrónomos, espíritos judiciosos, bem munidos de calendários e de anais, pretendiam existir, por pouco que quisessem lhes dar fé, desde uma época tão recuada, que teriam

8 Padre Paul Pezron, *L'Antiquité des temps rétablie*, 1687, cap. xv.

antecipado o momento em que Deus criou a luz; que impudentes! Comparado aos primeiros imperadores da China, Adão aparecia como mero retardo datário. " ... Yam-Qiam-Siem pretende que desde o começo do mundo até o reinado do imperador Tienski, iniciado no ano de 1620, não se passaram menos de dezoito milhões, trezentos e setenta e nove mil e noventa anos."<sup>9</sup>

Grave problema para as consciências de então; problema que, nos círculos eruditos de toda a Europa, tentava-se resolver lentamente, a duras penas. Em 1672, um cronologista inglês, John Marsham, acreditou ter encontrado a solução. Era bem verdade que os egípcios tinham tido trinta dinastias reais que, se colocadas sucessivamente, ultrapassariam a idade do mundo: mas justamente não se devia colocá-las sucessivamente, pois se tratava de dinastias colaterais, e não sucessivas; haviam reinado paralelamente em diferentes partes do país ... Em 1687, o padre Paul Pezron, religioso da estreita observância da Ordem de Cister, propôs outra resposta: quatro mil anos, reconhecia, eram insuficientes para dar lugar aos antigos egípcios. Mas quatro mil anos é o tempo fixado pelo texto hebreu da Bíblia. Sigam, ao contrário, a versão dos Setenta. Ela lhes concederá em torno de cinco mil e quinhentos anos; e nestes quinze séculos suplementares, anais e dinastias se encaixarão facilmente. O padre Pezron triunfa, mas não por muito tempo. Embora parecessem ainda insuficientes aos calculadores esses anos suplementares, julgou-se temerário escolher entre os diferentes textos da Escritura em favor dos egípcios e dos chineses; e fizeram entender ao padre Pezron que ele descambava da cronologia para a impiedade. Alteravam-se tratados, dissertações, sem a menor cerimônia. Da Itália, o padre Astorini lançou uma conjectura retomada, em 1703, pelo padre Tourmemine: na linguagem corrente, quando alguém citava um milésimo, 1600 por exemplo, caso enunciasse uma data vizinha, não precisava mais repetir o número inteiro. Dizia-se: em 1600 tal coisa aconteceu; e tal outra, nos anos 610 ... Talvez fosse a mesma coisa entre os judeus; e por não lhes compreender os hábitos, tomando suas designações ao pé da letra, retiramos da história alguns milhares de anos ... Mas como provar que esse modo de

9 Padre Greslon, *Histoire de la Chine sous la domination des tartares*, 1671, livro I, cap. IX, p. 42.

contar, tão italiano, vigorava entre os hebreus? Ademais, isso serviria apenas para substituir incertezas por incertezas ...

Esse embaraço suscita outro, não menos cruel. Escutemos ainda Bossuet:

Deus, portanto, tendo libertado o seu povo da tirania dos egípcios para conduzi-lo à terra onde quer ser servido, antes de lá estabelecê-lo, lhe propõe a lei que deverá reger sua vida. Escreve de próprio punho, em duas tábuas que entrega a Moisés no alto do Monte Sinai, o fundamento dessa lei, ou seja, o Decálogo, os dez Mandamentos contendo os primeiros princípios do culto de Deus e da sociedade humana. Dita ao mesmo Moisés os outros preceitos ...

Mas há quem pense que, se os egípcios representam uma alta Antiguidade e profunda sabedoria, se os hebreus viveram muito tempo sob a dominação dos egípcios, lógica e necessariamente a civilização superior deve ter influenciado a civilização inferior; logo, os egípcios devem ter influenciado os hebreus. Tal é a tese sustentada primeiramente por John Marsham, e com mais rigor e ciência, em 1685, por John Spencer, prefeito de Corpus Christi em Cambridge. Todos os dois atribuem aos egípcios, a quem admiram, uma influência decisiva sobre a lei, os preceitos e os ritos: circuncisão, batismo, templos, sacerdócio, sacrifícios e cerimônias vêm dos egípcios. Quando Moisés, para salvar seu povo dizimado pelas serpentes, erigiu uma serpente de bronze capaz de curar quem a fitasse, longe de realizar um milagre, apenas repetia um antigo encantamento egípcio. Mas, nesse caso, o povo eleito teria herdado suas crenças essenciais de um povo pagão; Deus não teria mais ditado seus mandamentos no monte Sinai; e Moisés não teria feito senão copiar os egípcios, seus mestres e senhores.

O bom, o estudioso Huet, bispo de Avranches, que dizem ter atulhado a casa com tantos livros que um dia ela desmoronou, mediante milhares de leituras persegue um desígnio piedoso: quer devolver a Moisés o seu justo lugar, o primeiro. Esforça-se em mostrar que toda a teologia dos pagãos deriva dos atos e dos escritos de Moisés; que os deuses dos fenícios, dos egípcios, dos persas e também dos trácios, dos germânicos, dos gauleses, dos bretões, dos romanos, procedem de Moisés; não passam de transposições

de Moisés. É o que faz em sua *Demonstratio evangelica*, em 1672, e ainda em seus *Quaestiones Aeternae de concordia rationis et fidei* em 1690, sem perceber que poderiam facilmente usar seus argumentos contra ele. Se existem tantas semelhanças entre as crenças mosaicas e as da Antiguidade pagã, teria Moisés inspirado os outros povos, ou os povos mais antigos teriam legado suas tradições a Moisés? Pobre Huet! Ei-lo arrolado entre os ímpios, por conta do próprio sucesso de seu livro. "Meu pai, diz polidamente Louis Racine, não aprovaria o uso que esse sábio pretendia fazer de sua erudição profana em favor da religião." E Antoine Arnauld, em tom rude: "Seria difícil alguém acreditar um livro mais ímpio e mais capaz de persuadir os jovens libertinos de que é preciso ter uma religião, mas que todas são boas, e que o próprio paganismo pode ser comparado ao cristianismo".

Eis aonde conduzem as melhores intenções do mundo; ia-se de dificuldade em dificuldade, de dívida em dívida. Foi um momento doloroso do conflito que, de geração em geração, e sob as formas peculiares a cada uma, opõe a ciência à fé. Escutemos o abade Renaudot, que, em 1702, diante da Academia das Inscrições, julga o livro de John Marsham e expressa ao mesmo tempo sua estima e sua angústia. A obra

é perfeita em seu gênero pela ordem, método, clareza, concisão e profunda erudição apresentados, mas é difícil desculpar o autor que, por preconceito a favor das antiguidades egípcias, ou por outro motivo qualquer, enfraquece de tal modo tudo que procede da antiguidade e da dignidade das Escrituras, que acabou dando aos libertinos mais motivos para dívida do que deram a maioria dos que atacaram abertamente a religião.

Reluta-se; não se sabe mais nada. Claro, era possível permanecer no interior da fortaleza, repudiar os argumentos dos cronologistas, declarar que esses caldeus e esses babilônios, com as miríades de anos que exigiam para satisfazer seu orgulho, não passavam de mentirosos, que santo Agostinho dera a palavra final sobre o assunto: se os autores profanos nos relatam coisas contrárias à história contida na Bíblia, devemos tomá-las por falsas.

Mas desde que se expunham lá fora, mal defendidos contras as armas que a apologetica ainda não havia calado, os combatentes metiam-se em perigosas aventuras. Os números, vertiginosos e vagos, permaneciam nos espiritos: vinte e três mil anos, quarenta e nove mil anos, cento e setenta mil anos. Devia-se fazer como esse padre Antonio Foresti, que escolheu datas não por serem verdadeiras, mas por serem convenientes? Entre duas opiniões extremas, onde uma quer que o mundo tenha começado há 6.984 anos, e outra há 3.740 anos, ele conta setenta opiniões intermediárias. Não pode, contudo, aceitar todas, tampouco todas verificar; será melhor ele mesmo decidir, por razões práticas, com as quais a ciência nada mais tem a ver. Pelos mesmos motivos, Foresti escolheu entre os autores: eles são tantos que se contradizem, tentem ver quem está errado! Não se pode preferir um sem descartar os outros; é preciso, contudo, decidir.

A menos que imitássemos a prudência desse Perizonius que, diante dos estudantes de Leiden, repudiara o pirronismo invasor. Nove anos depois de seu discurso inaugural, dá seu parecer na querela da cronologia, com a costumeira clareza e uma sabedoria meio desiludida. Destruir os argumentos de seus predecessores é relativamente fácil. Reconstruir é mais complicado, pois dos próprios egípcios nada obtemos de seguro. O que pode ser feito, na melhor das hipóteses, é estabelecer alguns sincronismos entre os acontecimentos das diferentes nações antigas, sem arriscar datas. Perizonius tenta assim salvar os destroços de um grande naufrágio.

Em que se transformavam as certezas de outrora, as visões simplistas e grandiosas, as afirmações serenas, a crença nas datas inabaláveis? Como reconhecer as vontades da Providência no que parecia agora caótico? Como aceitar o valor do fato, em matéria de conhecimento, quando os fatos pareciam tentar se esquivar? Os recém-chegados enfraqueciam ao mesmo tempo a história, a Providência, a autoridade.

A sensação acabava se tornando angustiante. Mas como? Quanto mais se procurava, menos se encontrava? O passar do tempo se cobria de brumas, e os gestos feitos para dissipá-las só as tornavam mais densas.

O tempo, que consome todas as coisas e parece querer mergulhar tudo num esquecimento eterno, quase arrebatou do homem o conhecimento de sua duração e de sua antiguidade. Isso é tão verdadeiro, que depois de todos os cuidados tomados hoje em dia para descobrir sua extensão, e para saber quantos séculos se passaram desde a origem do mundo até a vinda do Messias, não só a verdade não foi encontrada, como nos afastamos muito dela...<sup>10</sup>

Havia, contudo, um meio de refazer a história: pela erudição. Todo um povo de eruditos trabalhava, dedicado a ingratas ocupações, a editar textos, decifrar documentos, raspar pedras, polir moedas. Todo um pequeno povo corajoso, apaixonado; um formigueiro provido de artesãos e mesmo de guerreiros. Bons artesãos, apaixonados por árduas ocupações, buscavam estabelecer certezas, importantes ou insignificantes, mas inabaláveis; e sem interpretações apressadas, sem preconceitos, sem arte deformadora, a examinar materiais sólidos, duradouros. Chamavam-se Francesco Bianchini, que reivindicava à arqueologia os dados precisos não oferecidos pelos textos; Richard Bentley, o *master* do Trinity College, o curador da Biblioteca Real, o mestre dos estudos clássicos, espírito de incomparável vigor; Pufendorf, bom conhecedor do valor dos arquivos; Leibniz. Este se tranca nas bibliotecas, busca velhos pergaminhos, diverte-se em copiar ele mesmo decretos reais e relatórios diplomáticos. Julga que um código de relações internacionais deva apoiar-se em atos autênticos, declarações de guerras, tratados de paz e outros documentos, e não em frases. Bibliotecário do duque de Brunswick, propõe-se a tarefa de escrever a história da dinastia reinante e, após uma longa espera, publica um grosso volume, seguido de dois outros, que não atendem ao gosto da época, mas estão forrados de documentos extraídos de fontes confiáveis. A quem se surpreende, não teme dizer cara a cara que produzira algo mais útil do que se tivesse se entregado a refinamentos de retórica, que nunca tinha visto nada comparável à sua obra e que projetou nova luz sobre

<sup>10</sup> Padre Paul Pezron, *L'Antiquité des temps rétablie*, 1687, p. 8.

séculos cobertos por uma escuridão assustadora, afastou muitas incertezas e dirimiu muitos erros.

Como trabalham em todos os países! Henri Meibom se dedica a divulgar as antiguidades germânicas; Thomas Gale e Thomas Rymer, os documentos ingleses; Nicolas Antonio, as fontes da história literária espanhola. Como se trabalha no vasto gabinete de ciência organizado pelos Jesuítas, no qual os bondistas se distinguem em particular! Como trabalham os beneditinos, que conquistaram a proverbial reputação de paciência e constante labuta! Um tão grande zelo, que o impetuoso Rancé, reformador da Ordem Trapista, censura esses laboriosos de consagrar à ciência um tempo e um amor que deveriam reservar a Deus. Dom Mabillon aceita o desafio, desencadeando uma longa e nobre querela, da qual o bem supremo é a aposta.

Também se esforçam os beneditinos laicos, Étienne Baluze, Charles du Cange; e todos juntos permitem à erudição obter algumas de suas mais belas vitórias. Recordemos que, em 1678, Du Cange publica o *Glossarium mediae et infimae latinitatis*; que em 1681 Mabillon publica o *De re diplomatica libri VI*; que em 1708 Montfaucon publica sua *Palaographia graeca*. Mas se fosse necessário escolher um único exemplo dessas vidas sábias, talvez ainda escolhe-semos Antonio Muratori, vida inteiramente consagrada a salvar do esquecimento os títulos da humanidade. Da manhã à noite trancado na sua biblioteca de Modena, que só deixará para uma viagem de exploração erudita pelos arquivos da Itália, durante mais de meio século Muratori empilhará in-fólio sobre in-fólio. Seus escritos literários, filosóficos, polêmicos, que seriam suficientes para a glória de qualquer outro, para ele não representam mais que simples momentos de recreação, pois é com eles que descansa de uma tarefa exercida tenazmente: recolher primeiro todos os testemunhos possíveis sobre a Itália, não tanto da época romana, mas da totalmente ignorada Idade Média, e, em seguida, ressuscitar dez séculos.

A Inglaterra demonstrava mais interesse talvez pelos estudos gregos; a Holanda, pelos estudos latinos; a França, pela história eclesiástica e a hagiografia; a Itália, pelo próprio passado. Mas não havia compartimentos estanques, trabalhava-se em todos os países. Quando as riquezas dignas de estima forem

enfim acumuladas; quando jovens ciências, como a numismática, tiverem buscado até sob a terra a lembrança das civilizações desaparecidas; quando a admirável lição de paciência e modéstia dada por esses trabalhos tiver corrigido os espíritos, então o ceticismo histórico será destruído.

Mas quando, afinal, a tarefa será concluída? Quantos anos, décadas e séculos serão necessários para que se saiba sem suposições, para que se afirmem sem mentir? É uma tarefa quase desesperadora encontrar apenas algumas pedras do imenso mosaico, pois, mal os pesquisadores começam a juntá-las, elas devem voltar a reunir-se ao povo dos mortos. São vencidos por um passo que avança sobre eles e que acaba por recobri-los. Mesmo supondo que pudessem recorrer ao milagre da ressurreição, aqueles a quem oferecem suas parcelas de vida reencontrada, e que devem trabalhar para devolver a forma, a cor e o frêmito às coisas abolidas, não as desejam. Pois o fato é que, naquele tempo, os eruditos e os historiadores trabalhavam lado a lado, ignorando-se. E até seus rumos divergiam mais e mais; começava a surgir uma geração que só desejava comodidade e frivolidade, preferindo sempre o que parecesse fácil. De um lado, os tarefeiros, que escreviam mal, que enchiam de referências as margens dos seus livros, que eram enfadonhos, obscuros, condenados voluntários aos trabalhos sem glória. De outro, os historiadores; gênios elevados, desprezavam a tarefa de deter-se em minúcias, deixando aos espíritos medíocres as pesquisas fastidiosas, evitando discussões capazes de apagar o fogo que os animava. Os escravos reuniam os materiais desprezados pelos grandes senhores letrados.

Afinal, o que é a história? Um amontoado de fábulas, quando conta a origem das nações; em seguida, um amontoado de erros. Cremos surpreender em Fontenelle, esse homem que encarna o tipo do cético, um tom de tristeza e quase de desespero, quando esta constatação se lhe impõe ao espírito:

Com que prodigiosa lentidão os homens chegam a algo razoável, por mais simples que seja! Guardar na memória os fatos tais como ocorreram não é nenhuma grande maravilha; entretanto, vários séculos transcorrerão antes que se esteja em condições de segui-lo.

Até lá, os fatos dos quais se guardará a lembrança não passarão de visões e extravagâncias...

Durante nossa infância, tanto nos acostumaram às fábulas dos gegos que, uma vez em condições de raciocinar, não mais reparamos no quão surpreendentes são. Mas, se conseguirmos nos desfazer dos olhos do hábito, é impossível não nos espantarmos ao constatar que toda a história antiga de um povo não passa de um amontoado de quimeras, devaneios e absurdos. Será possível que tudo isso tenha sido dado por verdadeiro? E por que razão tomaríamos tudo isso de pois por falso? Que amor teria sido esse dos homens pelas falsidades manifestas e ridículas, e por que não duraria mais?

A esse modo de escrever a história sucede outro, que reinou entre os povos sábios e cultos e que consiste em estudar os motivos das ações e os temperamentos. Ele não é menos falso que o primeiro, pois o homem é necessariamente apaixonado, crédulo, pouco instruído ou negligente. "Seria preciso encontrar um que tenha sido espectador de todas as coisas, indiferente e aplicado." Impossível. Quando muito, o historiador elabora um sistema *a priori*, formando um todo bem coeso, como os metafísicos; dispõe de alguns fatos, dos quais pressupõe as causas. Sua obra é mais incerta ainda, mais indigna de confiança do que uma especulação filosófica. A única história útil seria o cômputo dos erros e das paixões humanas:

Somos loucos em nada parecidos com os dos manicômios. Não importa a nenhum deles saber qual a loucura do vizinho, ou dos que habitaram sua cela antes dele; para nós, contudo, é importantíssimo saber. O espírito humano é menos capaz de erros a partir do momento em que sabe a que ponto e de quantas maneiras é capaz de cometê-los, e jamais pode estudar em demasia a história de nossos distúrbios.

Eis tudo o que a história pode oferecer, segundo esse moderno, campeão dos modernos na Grande Querrela. Que o presente se ocupe do presente! Gastam-se vários anos nas escolas obrigando os jovens a ler os historiadores

de Roma. Melhor fariam se os instruísem sobre a época que os convocou a viver! Pois, afinal, não se vê direito que luz seria possível lançar sobre as questões de nosso tempo a partir de um Cornélio Nepos, de um Quinto Cúrcio, ou da primeira década de Tito Lívio; na melhor hipótese, teríamos aprendido todo o conteúdo de cor; ou teríamos uma tabela exata de todas as expressões e sentenças contidas nesses escritos. Inútil saber o número exato de vacas e cordeiros que os romanos levaram com eles quando venceram os equicolanos, os hérnicos e os volscos.<sup>11</sup> Mas o presente, a vida, o futuro nos chamam e nos embriagam. *Ratio vicit vetustas cæsit*...

<sup>11</sup> S. von Pufendorf, *Eimleitung zu der Historie der vornehmsten Reiche und Staaten ... an Europa*, 1682. Prefácio. Ver também Malebranche, *De la recherche de la vérité*, 1674; II, cap. IV, v, VI.